



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2014-2015)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Foi anunciada a apresentação da proposta de lei n.º 255/XII (4.ª), da proposta de resolução n.º 97/XII (4.ª), do projeto de lei n.º 679/XII (4.ª) e dos projetos de resolução n.ºs 1134 a 1147/XII (4.ª).

Deu-se conta dos resultados da eleição que decorreu durante a sessão anterior para um Vice-Presidente e um Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República, tendo sido declarados eleitos, respetivamente, os Deputados do PS [Miranda Calha](#) e [Luísa Salgueiro](#), que a Presidente saudou nas suas novas funções.

Foi apreciado o projeto de resolução n.º 1107/XII (3.ª) — Reformula o sistema de incentivos que existem aos órgãos de comunicação social (OCS) locais e regionais, garantindo uma distribuição mais equitativa e mais adequada à nova realidade tecnológica e económica da comunicação social, nomeadamente através da criação de novos canais de apoio à profissionalização e qualificação dos órgãos deste setor (PSD e CDS-PP), tendo proferido intervenções os Deputados [Rosa Arezes](#) (PSD), [João Ramos](#) (PCP), [Inês de](#)

[Medeiros](#) (PS), [Cecília Honório](#) (BE) e [Raúl de Almeida](#) (CDS-PP).

Procedeu-se também à apreciação do projeto de resolução n.º 1128/XII (4.ª) — Recusa a privatização da TAP (BE), sobre o qual se pronunciaram os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Hélder Amaral](#) (CDS-PP), [Paulo Campos](#) (PS), [Bruno Dias](#) (PCP) e [Paulo Cavaleiro](#) (PSD).

Foram discutidos conjuntamente, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 658/XII (4.ª) — Recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento, SA (EGF), e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março (PCP) e 679/XII (4.ª) — Contra a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) (Revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março) (BE), tendo feito intervenções os Deputados [Miguel Tiago](#) (PCP), [Helena Pinto](#) (BE), [Mota Andrade](#) (PS), [Bruno Coimbra](#) (PSD), [Pedro Moraes Soares](#) (CDS-PP) e [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes).

Foi apreciada a petição n.º 330/XII (3.ª) — Apresentada por Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida, solicitando à Assembleia da República que promova a renegociação da

dívida com participação dos cidadãos, lançada no âmbito da campanha sobre o lema: «Pobreza Não Paga a Dívida/Renegociação Já», conjuntamente com o projeto de resolução n.º 1141/XII (4.ª) — Por uma auditoria à dívida que corte com a dívida ilegítima e envolva os cidadãos (BE). Usaram da palavra os Deputados Mariana Mortágua (BE), José Luís Ferreira (Os Verdes), Paulo Sá (PCP), Vieira da Silva (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Cristóvão Crespo (PSD).

A petição n.º 369/XII (3.ª) — Apresentada por Teresa Gonçalves e outros, solicitando à Assembleia da República que se pronuncie sobre o não encerramento da 44.ª Esquadra da PSD (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço do policiamento de proximidade a pé diurno e noturno, foi apreciada em conjunto com os projetos de resolução n.ºs 1138/XII (4.ª) — Recomenda ao Governo o não encerramento da 44.ª esquadra da PSP, no Lumiar, em Lisboa (Os Verdes) e 1144/XII (4.ª) — Recomenda ao Governo a implementação do plano de reorganização do dispositivo da PSP na cidade de Lisboa, acautelando as consequências do encerramento da 44.ª esquadra (PS). Intervieram os Deputados José Luís Ferreira (Os Verdes), Pedro Delgado Alves (PS), David Costa (PCP), Andreia Neto (PSD), Cecília Honório (BE) e João Gonçalves Pereira (CDS-PP).

Foram ainda apreciados conjuntamente a petição n.º 377/XII (3.ª) — Apresentada por Alfredo José de Sousa e outros, solicitando à Assembleia da República que recomende ao Governo o desenvolvimento de um processo preparatório de «reestruturação da dívida para crescer sustentadamente» e os projetos de resolução n.ºs 1003/XII (3.ª) — Pela reestruturação da dívida para crescer sustentadamente (BE), 1142/XII (4.ª) — Propõe a renegociação da dívida pública e políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego (PCP) e 1143/XII (4.ª) — Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento (PS). Proferiram intervenções os Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Sá (PCP), Vieira da Silva (PS) — que, após interpelações à Mesa dos Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Hugo Lopes Soares (PSD) a solicitarem a distribuição de documentação, também usou da palavra no mesmo sentido —, Nuno Reis (PSD), José Luís Ferreira (Os Verdes) e Cecília Meireles (CDS-PP), tendo o Deputado João Oliveira (PCP), no final, em interpelação a Mesa, solicitado igualmente a distribuição de documentos.

O Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 17 horas e 49 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Agentes de autoridade, podem abrir as galerias.

Antes de darmos início aos nossos trabalhos, peço ao Sr. Secretário, Deputado Duarte Pacheco, o favor de proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 255/XII (4.^a) — Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de março, regulando a proteção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira, que baixa à 10.^a Comissão; proposta de resolução n.º 97/XII (4.^a) — Aprova a Convenção do Trabalho Marítimo, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua 94.^a sessão, em Genebra, a 23 de fevereiro de 2006, que baixa à 2.^a Comissão; projeto de lei n.º 679/XII (4.^a) — Contra a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) (Revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março) (BE), que baixa à 11.^a Comissão; e projetos de resolução n.ºs 1134/XII (4.^a) — Aprova medidas de promoção da transparência do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito à Aquisição de Equipamentos Militares (PS), que baixa à 1.^a Comissão, 1135/XII (4.^a) — Classifica o Mosteiro de Tibães como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como monumento nacional (PSD e CDS-PP), que baixa à 8.^a Comissão, 1136/XII (4.^a) — Devolve as colónias de férias à gestão da segurança social e impede o seu encerramento (BE), que baixa à 10.^a Comissão, 1137/XII (4.^a) — Recomenda ao Governo que reforce o investimento em obras de dragagem nos portos nacionais, nomeadamente no porto da Póvoa de Varzim (PSD), que baixa à 6.^a Comissão, 1138/XII (4.^a) — Recomenda ao Governo o não encerramento da 44.^a esquadra da PSP, no Lumiar, em Lisboa (Os Verdes), 1139/XII (4.^a) — Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre a situação da infância e a criação de um programa extraordinário de combate à pobreza infantil (PCP), que baixa à 10.^a Comissão, 1140/XII (4.^a) — Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual sobre a avaliação das políticas destinadas à erradicação à pobreza e exclusão social (PCP), que baixa à 10.^a Comissão, 1141/XII (4.^a) — Propõe uma auditoria à dívida que corte com a dívida ilegítima e envolva os cidadãos (BE), que baixa à 5.^a Comissão, 1142/XII (4.^a) — Propõe a renegociação da dívida pública e políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego (PCP), 1143/XII (4.^a) — Desencadeia um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento (PS), que baixa à 5.^a Comissão, 1144/XII (4.^a) — Recomenda ao Governo a implementação do plano de reorganização do dispositivo da PSP na cidade de Lisboa, acautelando as consequências do encerramento da 44.^a esquadra (PS), 1145/XII (4.^a) — Trava a liquidação da PT, defende o interesse nacional (PCP), que baixa à 6.^a Comissão, 1146/XII (4.^a) — Em defesa dos postos de trabalho, dos direitos dos trabalhadores e da atividade produtiva da PSA — Peugeot Citroën de Mangualde (PCP), que baixa à 10.^a Comissão, 1147/XII (4.^a) — Recomenda ao Governo a manutenção dos contratos de arrendamento rural com rendeiros do Estado, não aplicando critério de situação de reforma para proceder à rescisão de contratos e permitindo a passagem do arrendamento entre vivos a descendentes (PCP), que baixa à 7.^a Comissão.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, importa ainda dar conta dos resultados da eleição para um Vice-Presidente e um Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República, ocorrida na passada sexta-feira, dia 17 de outubro.

Na eleição para o cargo de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia da República, votaram 194 Deputados, tendo-se registado 124 votos «sim», 54 votos brancos e 16 votos nulos, pelo que se considerou eleito o Sr. Deputado Miranda Calha.

Na eleição para o cargo de Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República, votaram 194 Deputados, tendo-se registado 118 votos «sim», 53 votos brancos e 23 votos nulos, pelo que se considerou eleita a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro.

É tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, já o fiz pessoalmente, mas dou aqui, de modo institucional e formal, os parabéns ao Sr. Vice-Presidente Miranda Calha e à Sr.^a Vice-Secretária Luísa Salgueiro, desejando que tenham connosco um bom trabalho neste ano, que é o último da Legislatura.

Vamos, agora, entrar na ordem de trabalhos de hoje, que começa com um debate em torno do projeto de resolução n.º 1107/XII (3.^a) — Reformula o sistema de incentivos que existem aos órgãos de comunicação social (OCS) locais e regionais, garantindo uma distribuição mais equitativa e mais adequada à nova realidade tecnológica e económica da comunicação social, nomeadamente através da criação de novos canais de apoio à profissionalização e qualificação dos órgãos deste setor (PSD e CDS-PP).

Srs. Deputados, como está previsto, cada grupo parlamentar disporá de 3 minutos para intervir no debate.

Tem a palavra, para abrir o debate, a Sr.^a Deputada Rosa Arezes.

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Está hoje em discussão um projeto de resolução que recomenda ao Governo que reformule o sistema de incentivos aos órgãos de comunicação social locais e regionais, garantindo uma distribuição mais equitativa e também mais adequada à nova realidade tecnológica e económica dos *media*.

Sempre, mas sobretudo nos tempos que correm, em que, na feliz expressão de McLuhan, o mundo se transformou numa «aldeia global», a comunicação social local e regional desempenha um papel determinante.

Em plena era da globalização, reveste-se de particular importância no reforço dos laços comunitários, no aprofundamento do espírito de pertença e de ligação com a diáspora portuguesa nos quatro cantos do mundo, na difusão do pulsar quotidiano da vida das comunidades, no exercício da cidadania, na promoção e na dinamização da própria atividade económica.

Em plena era da globalização, a comunicação social local e regional é essa ferramenta insubstituível, capaz de criar e de fortalecer laços de proximidade, de estabelecer pontes e de conferir projeção nacional a anseios e reivindicações de comunidades e de territórios.

É este jornalismo de proximidade que pretendemos valorizar, para que os cidadãos continuem a saber, praticamente em tempo real, o que se passa no fim do mundo, mas também passem a saber, e cada vez com mais conhecimento, o que se passa na sua rua, no seu bairro, na sua freguesia, no seu concelho ou região. É que, em primeira instância, é aqui que está o seu presente e o seu futuro, é no seio das suas comunidades que os cidadãos são chamados a exercer a cidadania e a construir o amanhã.

E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o exercício pleno da cidadania só é possível com uma comunicação social nacional, mas também local e regional, séria, eticamente responsável, diligente, independente, rigorosa, profissional.

Bem sabemos que nem todos pensam assim ou, pelo menos, nem todos agem de acordo com estes princípios. Que o diga o Partido Socialista,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — ... para quem a comunicação social local e regional nunca passou de um «parente pobre». O centralismo vigente nunca lhe permitiu uma visão nacional dos problemas.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — E, por causa desta perspetiva redutora e de desvalorização destes *media*, protagonizada pelo Partido Socialista, chegámos onde chegámos: a uma situação de completo desfasamento da realidade.

O atual regime de incentivos está totalmente desatualizado, porque o Partido Socialista nunca quis acompanhar a evolução dos tempos. Não o soube ou não o quis fazer, nem foi capaz de uma leitura lúcida dos sinais que a sociedade foi dando.

Mas aqui estamos nós para fazer o que ainda não foi feito.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Mais uma vez!

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — Aqui estamos para, mais uma vez, resolver a inação e o bloqueio ideológico centralista do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS, do PCP e do BE.

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — Fazemo-lo quando, no ano passado, se completaram 25 anos da aprovação do Estatuto da Imprensa Regional que, pela primeira vez, lhe deu um enquadramento, muito antes da Lei de Imprensa. Foi um Governo do PSD que, em 1988, aprovou esse Estatuto. Aqui estamos a continuar esse trajeto, num novo tempo e num contexto mais desafiante.

Queremos uma solução de proximidade que valorize a comunicação social local e regional. Uma solução eficiente e responsável, que respeite as comunidades locais e promova a cultura, as dinâmicas, as sinergias de cada uma das regiões. Uma solução ajustada à evolução dos tempos, que reforce a voz dos que não têm voz e aprofunde a coesão nacional. Uma solução transparente, séria, credível, cuja aplicação seja acompanhada pelos organismos competentes.

Queremos, em suma, garantir um salto qualitativo e um horizonte de futuro à comunicação social local e regional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente:** — Srs. Deputados, está, assim, introduzido o debate sobre o projeto de resolução n.º 1107/XII (3.^a).

Para uma intervenção, tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Os apoios à comunicação social local e regional são, para o PCP, de grande importância.

O PSD e o CDS recomendam ao Governo que se altere o sistema de incentivos e, da parte do PCP, reconhecemos a importância destes apoios. Saudamos até o PSD e o CDS por, finalmente, terem reconhecido a importância deste nível de comunicação social. E aqui não podemos esquecer que, durante anos, se recusaram a repor o sistema de porte pago, tão reivindicado pela comunicação social local e regional, reivindicação de que o PCP foi porta-voz aqui na Assembleia da República.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente! Bem lembrado!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Os órgãos de comunicação social local e regional que acederão a estes novos apoios são aqueles que conseguiram resistir a anos dos mais diversos ataques, nomeadamente o que atrás referi, da eliminação do porte pago.

Por isso, não podemos deixar de lamentar que sejam hoje muito menos e mais concentrados os que podem aceder a um eventual novo sistema de incentivos.

Este projeto de resolução é de certa forma redundante uma vez que o Governo se encontra já em conversações com o setor sobre o novo sistema de incentivos, tendo inclusivamente já anunciado alguns desses incentivos e até já distribuído à comissão parlamentar competente anteprojetos de decreto-lei sobre a matéria.

Por essa razão, este projeto de resolução do PSD e do CDS não será o verdadeiro motor desta alteração. Aparece, sim, a reboque do Governo, certamente para capitalização política de quem o subscreve.

Infelizmente, mais uma vez, por força da maioria, se coloca a Assembleia da República a reboque do Governo.

Gostaria, ainda, de deixar dois reparos sobre o conteúdo do projeto de resolução. Como as palavras têm sentido, não podemos deixar passar mais uma incoerência desta maioria.

Como podem falar da importância da «preservação de identidades» ou manifestar preocupação com «os laços comunitários», «o exercício da cidadania», «a integração, socialização e aculturação dos membros da comunidade» os mesmos partidos que extinguíram mais de 1000 freguesias deste País,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — ... que ainda recentemente encerraram 311 escolas e 20 tribunais? Como podem, neste contexto, agitar a bandeira da «coesão regional» e, no que concerne aos serviços públicos essenciais, meter a bandeira na gaveta?!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — E não são apenas contradições entre a justificação das suas propostas e as suas políticas. PSD e CDS entram em contradição no próprio texto do projeto de resolução. É que, depois de falarem em «laços comunitários», «exercício da cidadania», «integração, socialização e aculturação dos membros da comunidade», «coesão regional», lá vem o chavão da escala, e assumem que desenvolvem este novo sistema de incentivos para que as «empresas de comunicação social ganhem dimensão».

Para que a comunicação social regional cumpra as suas funções e os atributos descritos no projeto de resolução tem de ter proximidade e estreita ligação à comunidade, e não tem de ser grande. Este discurso da escala serve apenas para justificar a instalação das políticas neoliberais e de classe: o que é grande é bom e o que é pequeno é para exterminar.

Há coisas, estruturas, instituições, que têm de ser pequenas e próximas, porque só assim servem os seus propósitos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **João Ramos** (PCP): — O PCP reconhece o interesse dos apoios em discussão, mas não podemos deixar passar as incoerências e as proclamações utilizadas por esta maioria para justificar tudo e o seu contrário.

Não podemos deixar de reafirmar que uma forma importante de apoiar a comunicação social, local e regional era tomar medidas que evitassem a concentração e a predação das pequenas empresas pelos grandes grupos de comunicação; era garantir a isenção dos órgãos, desde logo garantindo a estabilidade profissional dos jornalistas. Isso, a maioria não propõe, mas o PCP continuará a defender estes princípios.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para intervir, em nome do PS, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros.

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Sr.^a Deputada Rosa Arezes, começo por dizer que não vou, sequer, responder ao despropósito das suas acusações em relação ao Partido Socialista...

O Sr. **Sérgio Azevedo** (PSD): — Nem vale a pena!

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — É um despropósito que acho que só se justifica com um profundo desconhecimento.

Protestos do PSD.

A Sr.^a Deputada Rosa Arezes deve ser jovem nesta Câmara e não deve ter estudado muito o que têm sido os processos legislativos, porque senão, certamente, não faria a mesma avaliação.

Vozes do PSD: — Oh!...

A Sr.^a **Inês de Medeiros** (PS): — Já agora, sem querer estar aqui a parecer demasiado doutoral, porque não é esse o meu espírito, como sabe,...

Protestos do PSD.

Deixe-me explicar-lhe que uma coisa são as proclamações, outra coisa é a ação. E o que a maioria agora apresenta é, apenas, um projeto de resolução, quer dizer, é uma vontade expressa. E, ao mesmo tempo que a maioria faz isto, o Governo já apresentou um anteprojeto.

É verdade que, desde que o Sr. Ministro veio apresentar o anteprojeto, nunca mais tivemos o mais pequeno sinal desse anteprojeto de decreto-lei! Não sei se este projeto de resolução serve para pressionar o Ministro a fazer o seu trabalho. Talvez seja isso, mas é uma questão que não diz respeito ao PS, como sabe, certamente.

Portanto, Sr.^a Deputada, acho que não têm lições a dar sobre independência da comunicação social, nem sobre as preocupações com a imprensa local, desde que os apoios sejam feitos, obviamente, com isenção e desde que sejam de facto, um garante de independência e de pluralidade. Com esses princípios o PS pode muito bem, pois fazem parte da sua matriz.

Mas, Sr.^a Deputada, devo dizer que todos lemos o anteprojeto e as dúvidas com que ficámos foram muitas. Havia até uma entidade, que era o gabinete de meios para a comunicação social, que servia para fiscalizar, fazer estudos, acompanhar esses apoios e garantir que havia uma coerência em termos de política nacional, o que, justamente, garantia a independência.

Deixe-me lembrar, Sr.^a Deputada, que o Sr. Ministro Poiares Maduro, dois dias depois da apresentação do vosso projeto de resolução, em audição, garantiu que, apesar de a atribuição dos apoios sair da esfera do gabinete de meios para a comunicação social. — tenho aqui o texto, mas penso que não vale a pena lê-lo —, esse gabinete vai permanecer, porque tem muitas outras funções e tem...

Protestos do PSD.

Posso ler essas declarações. Aliás, a preparação desta legislação beneficiou, em muito, da contribuição muito útil, em termos de qualidade, do gabinete de meios para a comunicação social. Portanto, o gabinete de meios para a comunicação social — não está aqui em causa um juízo negativo — tem todos os meios para poder continuar a sua missão.

Curiosamente, 10 dias depois, o Sr. Secretário de Estado Pedro Lomba, veio contradizer o Ministro, ao dizer «não, não, afinal o gabinete de meios para a comunicação social é para encerrar». Bom, é uma contradição entre Ministro e Sr. Secretário de Estado. Mas já estamos habituados, não é nada de novo.

Mais curioso ainda é o que consta em sede de Orçamento. O que é que encontramos? O financiamento para o gabinete de meios, que era suposto encerrar no dia 31 de dezembro.

Sr.^a Deputada, se considera que essas são políticas coerentes para a comunicação social, realmente não há grande coisa em comum entre a maioria e o PS.

Gostava, pois, de saber se, realmente, confia nesta equipa que está à frente da tutela para levar a cabo estas medidas legislativas. É que se nem sequer o Ministro e o Secretário de Estado se entendem, e como o próprio Orçamento já vem contradizer o Secretário de Estado, eu gostaria de saber em que é que ficamos, se, de facto, o projeto de resolução é só para retirar da tutela esta pasta. Mas, do mal o menos, se calhar, está melhor entregue aqui na Assembleia.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para intervir em nome do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este projeto de resolução apresentado pela maioria, destinado à reformulação dos incentivos aos órgãos de comunicação social (OCS),

locais e regionais, tem um conjunto de princípios, na sua exposição de motivos, que nós só podemos acompanhar.

É evidente que a valorização destes órgãos de comunicação social é muito importante, no quadro da cidadania, da intervenção política, da coesão territorial, do reforço dos laços entre as comunidades, no reconhecimento, presumimos nós, de que VV. Ex.^{as} bem conhecem que estes órgãos estão em crise, por algumas das razões que já aqui foram invocadas, que foram estrangulando, muitas vezes, a sua autonomia, a sua independência, com medidas tão negativas, como a questão do porte pago, também já aqui mencionado.

Nós acompanhamos este enunciado de princípios, tal como a própria resolução, quanto à necessidade de reforçar o apoio à profissionalização, à qualificação, à inovação. São princípios corretos.

O nosso problema tem a ver com o fuso horário entre a maioria de Deputados e o Governo. Há aqui um problema de fuso horário.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Na semana passada, era a questão do debate sobre a natalidade, quando, no dia anterior, tinham apresentado o Orçamento do Estado contra a natalidade. Hoje, é o debate de um projeto de resolução, que convida o Governo a legislar, coisa que o Governo já fez!

Vozes do BE: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — É certo que o fez sob a forma de projeto de decreto-lei, e é certo que, ao fazer esta escolha de projeto de decreto-lei e não de proposta de lei condicionou os demais partidos face à impossibilidade de apresentarem propostas de alteração e de contribuírem para um debate alargado e consensual.

O que vos quero perguntar é se este projeto de resolução mantém alguma disponibilidade da parte de VV. Ex.^{as} para corrigir aquilo que já está previsto no projeto de decreto-lei, com algumas críticas que fizemos em sede de debate na comissão, nomeadamente com este fim interrogado, do gabinete para os meios de comunicação social — que é um mistério, afinal —, nomeadamente com a transferência de competências para as CCDR (Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional), coisa que muito nos preocupa, quer pelos riscos de tendencial partidarização quer pelo fim do espectro nacional que esta intervenção deveria ter, bem como algumas advertências que foram inclusivamente lançadas pela ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social), ao que sabemos.

É que não há nenhuma previsão de custos neste projeto de decreto-lei, não se sabe, exatamente, qual é a sua intenção, quando está particularmente vocacionado para a modernização das empresas — muito mais para aqui, do que propriamente dito para a defesa dos valores de um jornalismo independente, quando, evidentemente, se reporta à liberdade de expressão.

Neste sentido, saudando os princípios ou esta vontade que a maioria expressa de pôr o Governo a legislar, cabe-nos reconhecer que o Governo já o fez. Pergunto, portanto, o que é que VV. Ex.^{as} pretendem exatamente com este projeto de resolução, que saudamos em termos de princípios gerais, mas que depois, no fundo, desconhecemos, porque nos foi limitada a capacidade de participar neste debate e de fazer propostas alternativas, como era nossa intenção.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Para intervir em nome do CDS-PP, tem agora a palavra o Sr. Deputado Raúl de Almeida.

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos aqui hoje, pela mão do PSD e do CDS, em projeto de resolução conjunto, o futuro dos órgãos de comunicação social locais e regionais, a sua importância, o porquê de o Estado dever participar deste processo e como poderá e deverá o Estado realizar essa ajuda.

Não vamos entrar em debate político-partidário.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Entendemos que esta realidade é superior, transcende e é transversal a toda a realidade política e social do País. Portanto, dizemos apenas que, quanto à comunicação social, local e regional, seja o tradicional jornal com diferentes periodicidades ao longo das diferentes localidades e comunidades, seja a rádio, que, recorde, tantas dificuldades teve para se afirmar no panorama nacional e que era um justo anseio de tantas comunidades e populações, como sejam hoje, por exemplo, as WEB TV, que vão proliferando pelo território nacional, são um modo de ligação entre populações, um modo de coesão nacional e regional.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Isso é sempre sinal de uma comunidade viva e atuante, e são estes mesmos atores nessa comunidade viva e atuante que vão ajudando e cimentando essa vitalidade social.

Consideramos que o entretenimento é útil. Neste ponto, discordo daquilo que disse o Sr. Deputado João Ramos, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Entretenimento não é com eles!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Deputado, neste caso também falamos de serviço público, e falamos de um serviço público essencial.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Os meios de comunicação social locais são, muitas vezes, não só fontes de entretenimento, como de combate à exclusão, à solidão, mas também são uma fonte informativa de detalhe local e de interesse comunitário importantíssimo, seja o horário das missas, seja o horário de consultas ou de transportes, seja a informação detalhada de tudo o que se passa na comunidade. Estes órgãos de comunicação social têm, pois, uma importância fundamental para as populações.

O que aqui dizemos com este projeto de resolução é muito simples: ou mantemos apoios e formatos de apoio que são completamente anacrónicos e desajustados à realidade atual, que não evoluíram e que não foram tocados ao longo dos anos, ou apelamos ao Estado e equacionamos, juntos, a oportunidade de o Estado poder participar, seja no desenvolvimento tecnológico, essencial para estes órgãos de comunicação social, seja na vertente de profissionalização e formação dos seus profissionais, como garante não só da qualidade da informação prestada, mas também da sua isenção, do seu rigor e da sua afirmação e identificação com a comunidade, seja em todos os meios, presentes e futuros, em que esse tipo de informação se poderá materializar. E é disso que estamos a falar. Não estamos a falar de esquerda, nem de direita, nem do centro. Estamos a falar do interesse público essencial que estes órgãos de comunicação social constituem e do papel fundamental que têm na sociedade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Raúl de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, os princípios e a afirmação deste projeto de resolução foram aqui transmitidos. Volto a ler o que o projeto nos traz — é isto que está em causa: «Neste sentido, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados apresentam o presente projeto de resolução que recomenda ao Governo que: reformule o sistema de incentivos que existem aos OCS locais e regionais, garantindo uma distribuição mais equitativa e também mais adequada à nova realidade tecnológica e económica da comunicação social, nomeadamente através da criação de novos canais de apoio à profissionalização, à qualificação e à inovação nos órgãos deste setor.»

Isto é claro. Os senhores ou concordam com isto e aprovam este projeto de resolução, como esperamos, ou não concordam e não aprovam.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista mais pedidos de palavra, pelo que passamos ao debate do projeto de resolução n.º 1128/XII (4.^a) — Recusa a privatização da TAP (BE).

Para abrir este debate está já inscrita a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do partido autor da iniciativa legislativa, o Bloco de Esquerda.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar esta discussão sobre a TAP partindo da ideia comum de que a TAP é uma empresa estratégica para o País: a TAP é a companhia aérea de bandeira; faz a ligação aos milhões de emigrantes que temos em vários pontos do mundo, sabendo nós hoje que Portugal é o segundo país da Europa com mais emigrantes, nem sempre por boas razões; faz também a ligação ao resto do País, aos Açores e à Madeira; é a empresa que vai resgatar os portugueses a qualquer lado do mundo quando há um incidente, seja ele de que natureza for; é também a empresa que mais exporta, é a maior exportadora da economia portuguesa; e é uma companhia crucial para a soberania do País.

Como se tudo isto não fosse suficiente, a TAP é uma empresa rentável, dá lucros neste momento; é uma empresa que se modernizou ao longo das últimas décadas; e é uma empresa com um potencial de crescimento como poucas têm neste momento.

Acho que todos os Srs. Deputados aqui presentes concordam com este facto: a TAP é uma empresa estratégica.

A segunda questão que temos de debater é a seguinte: qual é a melhor forma de proteger esta empresa que sabemos ser estratégica para o País? É privatizando-a? A melhor forma de proteger o interesse desta empresa estratégica é entregá-la a um qualquer fundo privado, que não sabemos o que é nem de onde vem, apesar de o Governo garantir sempre que os interesses nacionais estão protegidos e que o centro estratégico ficará em Portugal de certeza?

Começo a ouvir esta conversa e lembro-me de outra coisa qualquer, não sei muito bem do quê... Lembro-me da Portugal Telecom, é disso que me lembro quando ouço a conversa do Governo de que vai privatizar, mas vai manter os centros estratégicos em Portugal ou de que vai defender o interesse do País.

Interesse nacional, centro estratégico, investimento futuro, crescimento futuro — em relação a tudo isto podemos olhar para a PT, que era a joia da República e que acabou por se tornar numa empresa completamente endividada, sem nenhuma capacidade de investimento, nas mãos de uma empresa ainda mais endividada, a Oi.

Mas se for muito doloroso, demasiado doloroso, para as Sr.^{as} e Srs. Deputados responsáveis pela situação da PT olharem para o seu estado hoje na economia portuguesa, olhemos para a TAP de 2012. Olhemos para aquele episódio, para aquele momento em que o Estado achou que era boa ideia vender a TAP por 20 milhões de euros — que é metade do preço de um avião — a um empresário que tem quatro ou cinco nacionalidades e que hoje, por acaso, está a ser investigado pela Procuradoria-Geral da República. E, hoje, perguntamos: mas porque é que o negócio não se fez? Será que o Governo percebeu a tempo que era um mau negócio? Não, não se fez porque este empresário não tinha garantias bancárias para o efeito. Tivesse ele as garantias bancárias e a TAP teria sido vendida por 20 milhões de euros a um empresário que hoje está a ser investigado pela justiça.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não precisamos sequer de ir tão longe, podemos falar daquele que é hoje um dos principais potenciais compradores da TAP.

Basta lermos as notícias que saíram há pouco tempo na comunicação social para sabermos que Pais do Amaral, um dos potenciais compradores da TAP, tem um parceiro chamado Franco Lourenço, que está proibido de ter companhias aéreas nos Estados Unidos da América, mas diz que, cá, o Governo apoia muito a sua intenção de comprar a TAP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este projeto de resolução tem um objetivo. Deixem-se de fantasias liberais. Só há uma forma de proteger o interesse nacional: não privatizando a TAP, seja parcialmente, seja totalmente.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Apresentado o projeto de resolução, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira, de Os Verdes, para uma intervenção.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A primeira ideia que Os Verdes querem deixar na discussão desta iniciativa do Bloco de Esquerda é a de que a recusa da privatização da TAP é também a assunção da defesa do interesse público e até a defesa da soberania nacional.

A TAP não é apenas o maior exportador nacional, com verbas superiores a 2000 milhões de euros. A TAP, enquanto empresa estratégica, acaba por ser também um instrumento da nossa soberania, num País com 11 ilhas atlânticas e importantes comunidades emigrantes em todos os continentes, espalhadas um pouco por todo o mundo.

Numa altura em que discutimos a necessidade de proceder à recusa da privatização desta importante empresa, seria oportuno revisitar os argumentos do Governo do PSD e do CDS para a sua privatização.

Diz o Governo que a privatização da TAP está associada à necessidade de equilíbrio das contas públicas. Sucede que a TAP, para além de nada receber do Orçamento do Estado, ainda contribui para as receitas do Estado com mais de 200 milhões de euros por ano. No ano passado, a TAP alcançou um resultado positivo de 34 milhões de euros, conheceu um substancial aumento de passageiros transportados e conseguiu reduzir a sua dívida líquida. Não se percebe, por isso, como é que a privatização da TAP pode vir a contribuir para o equilíbrio das contas públicas.

Depois, alega o Governo do PSD e do CDS que a privatização da TAP é hoje inevitável. Srs. Deputados, já vimos o filme da inevitabilidade noutras ocasiões! E também já percebemos que esse filme era, afinal, um filme de ficção.

Em 1997, durante os debates que ocorreram nesta Assembleia sobre a privatização da TAP, a venda da empresa à Swissair também foi apresentada como inevitável.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — E a sua inevitabilidade era de tal ordem que um membro do Governo chegou mesmo a afirmar que não haveria dinheiro para os salários do mês seguinte se a privatização não avançasse, que a venda à Swissair era o único caminho para manter a TAP a operar.

Ora, passaram quase 20 anos, a Swissair já não existe, a Sabena, que foi então vendida à Swissair, também já não existe, milhares de trabalhadores de ambas as empresas foram despedidos e os aeroportos suíços só há pouco tempo começaram a recuperar das perdas que registaram.

Entretanto, durante este tempo, a TAP cresceu, os salários foram pagos e a economia portuguesa beneficiou em cerca de 3% do PIB e não vimos qualquer inevitabilidade nesse processo.

Ora, face a este cenário, estes últimos 17 anos deveriam ser suficientes para se perceber a dimensão do erro que o Governo se prepara para cometer com a privatização da TAP. E se o Governo se mostra incapaz de perceber este erro, então, das duas uma: ou há interesses nesta privatização que a generalidade dos portugueses não consegue alcançar e que o Governo se mostra incapaz — ou não quer — de demonstrar aos portugueses, ou, então, esta incapacidade deriva da cegueira neoliberal do Governo do PSD e do CDS, que o inibe de perceber a dimensão do erro que a privatização da TAP representa para Portugal e para os portugueses.

O bom senso recomendaria, assim, que, em nome do interesse público e na defesa da soberania nacional, o Governo procedesse de imediato à suspensão ou à anulação do processo de privatização da TAP.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Debateremos hoje uma matéria recorrente, não há aqui nada de novo.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, gostava de começar por lhe dizer que há aqui uma questão prévia, para além da diferença ideológica, e, mais uma vez, o que fez foi uma afirmação ideológica. Sr.^a Deputada, é normal que um membro do Governo, seja ele o Vice-Primeiro-Ministro ou outro, receba investidores estrangeiros, possíveis interessados no que quer que seja, e só a Sr.^a Deputada, por má-fé ou cobardia política, vê aí outra coisa que não a normalidade.

Protestos do Deputado do BE Pedro Filipe Soares.

E se a Sr.^a Deputada sabe de alguma coisa que me esteja escapar, é bom que tenha a coragem e a decência de dizer aqui, no Plenário, o que é que, afinal de contas, está por detrás disso tudo, porque, se não, fica com o rótulo de cobardia e má-fé política.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Campos** (PS): — Cobardia?!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Devo dizer, Srs. Deputados, que tenho de reconhecer a coerência do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português sobre a TAP, mas a verdade é que num enésimo debate não consigo encontrar uma solução.

Todos nós queremos que a TAP seja uma empresa maior e mais concorrente, que empregue mais pessoas, que contribua para a economia nacional,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Como a PT!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... que contribua para levar o nome de Portugal mais longe. Então, qual é a solução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português? Ou esqueceram-se que há limitações de ajuda de Estado em concreto nesta companhia?

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É só em alguns países!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Qual é a dificuldade de ter uma privatização cuidada e ponderada da TAP e como é que isso impede que a TAP continue a ser uma empresa relevante para a nossa comunidade emigrante? Como é que isso impede que a TAP continue a contribuir para a melhoria das exportações portuguesas? Não vejo como! A não ser que se trate, de facto, de um constrangimento ideológico: «Já que o dinheiro é privado, é dinheiro do demo, é mau e não aceitamos isso.»

Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe, de uma vez por todas, que a TAP é uma empresa endividada. É evidente que, fruto de um esforço de gestão e da ajuda deste Governo, o endividamento baixou, é hoje menor do que era no passado, mas ainda assim é elevado.

Portanto, Sr.^a Deputada, não vejo nenhum problema em privatizar a companhia, mantendo a importância do *hub* de Lisboa, mantendo a posição estratégica da companhia em zonas geográficas relevantes, como sejam a África e a América Latina, mantendo o serviço público, nomeadamente a ligação às ilhas, mantendo a importância da companhia na ligação com a diáspora e a língua portuguesa, ou seja, com os PALOP ou outros.

E sabe como é que se pode proteger melhor essa dimensão da TAP? Com capitalização, com entrada de novos modelos de gestão, com acesso a novos mercados e com acesso a financiamento que permita, isso, sim, melhorar a frota, melhorar o *handling*, melhorar a manutenção e melhorar a remuneração dos seus trabalhadores, conseguindo-se, assim, um melhor e maior retorno para a economia nacional.

Sr.^a Deputada, não me consegue provar que esses objetivos não sejam atingidos com uma privatização serena, ponderada e cuidada. E o processo anterior de que V. Ex.^a fala, levantando, mais uma vez, suspeitas sabe-se lá de onde, só aconteceu dessa forma porque o Governo entendeu que não estavam reunidas as condições de defesa do interesse estratégico e do interesse nacional. E sempre que não está defendido o interesse nacional o Governo diz «não»; quando estiver defendido o interesse nacional o Governo dirá «sim», e eu ficarei confortável com essa decisão.

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos, do PS.

O Sr. **Paulo Campos** (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Se há marcas que caracterizam os últimos três anos, e que a história irá reconhecer, são as do empobrecimento do País, do empobrecimento dos portugueses, mas também da destruição do valor das principais empresas portuguesas e/ou transferência para investidores internacionais de empresas que sempre foram portuguesas.

Veja-se como empresas que há três anos eram detidas por investidores nacionais estão hoje nas mãos de interesses internacionais; veja-se como empresas que há três anos eram grandes grupos económicos hoje desapareceram, de que são exemplo a Cimpor, a EDP, a REN, a ANA, os CTT, a Tranquilidade, o Grupo BES e, agora, aquilo que está acontecer na Portugal Telecom. E isto tudo aconteceu sem que o Governo fizesse aquilo a que se tinha comprometido nesta Assembleia, que era salvaguardar os interesses nas empresas estratégicas, algo que devia ter feito por lei mas que não fez em tempo oportuno.

Tudo isto foi feito, na maioria dos casos com privatizações, com ajustes diretos, com negociações particulares. Tudo isto foi feito, na maioria dos casos com privatizações em que houve grandes conflitos de interesses. Veja-se o exemplo dos CTT: o banco que definiu o valor de venda das ações foi, simultaneamente, o banco que acompanhou a transação e o banco que comprou ações, sendo hoje um dos acionistas qualificados.

Ou veja-se ainda o conflito de interesses na privatização da ANA, em que os atuais administradores privados foram os administradores nomeados pelo Estado para fazerem a operação de privatização e que, depois de anunciado o vencedor da privatização, decretaram dois aumentos consecutivos das taxas aeroportuárias, cujo beneficiário é o grupo privado do qual são hoje gestores. Estes dois aumentos, nos 50 anos de concessão, que representam 2000 milhões de euros de receitas, foram decididos por um conselho de administração nomeado pelo Estado, tendo como principal beneficiário o grupo privado, e os membros desse conselho de administração são os membros que tinham sido nomeados pelo Estado para essa empresa.

Tudo isto foi feito, portanto, por um Governo que não teve a preocupação de defesa das empresas portuguesas, nomeadamente da TAP, como estamos a ver com aquilo que se anuncia para breve.

A TAP é uma empresa de que os portugueses gostam; é uma das maiores empresas portuguesas; é uma das marcas mais valiosas; é uma das maiores empresas exportadoras; assegura as ligações aéreas em todo o território nacional, nomeadamente com as ilhas, com os territórios que geograficamente são descontínuos do continente; assegura a ligação às comunidades espalhadas pelo mundo; liberta cerca de 250 milhões de euros por ano; tem uma capacidade de tesouraria para fazer face a investimentos; não custa rigorosamente nada aos contribuintes,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pelo contrário!

O Sr. **Paulo Campos** (PS): — ... aliás, nos últimos 15 anos nunca os contribuintes colocaram 1 euro naquela companhia; é uma empresa reconhecida, com competências, com trabalhadores qualificados e com gestão qualificada; é uma empresa modernizada, uma empresa que fala português e que está alinhada com os interesses estratégicos do País. É uma empresa estratégica.

O Partido Socialista, neste debate, aliás, como sempre, assume que o Estado deve manter, no mínimo, 51% do capital da TAP e em caso algum deve perder a posição estratégica de controlo que tem na empresa, que é necessária ao País, à economia, e cujos mérito e reconhecimento é feito por muitos. Deve continuar nas

mãos do Estado para prosseguir aquela que foi sempre a sua tarefa: assegurar o desenvolvimento da nossa economia, ser a maior exportadora e ser um contribuinte líquido da nossa economia.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Não é tarefa fácil defender e desenvolver ao nível da gestão uma companhia aérea de bandeira.

Consolidar a qualidade do serviço, crescer de uma forma sustentada, reforçar-se com novas gerações de trabalhadores nas diversas áreas, tudo isto será difícil, mas é muito fácil dismantelar uma companhia aérea de bandeira. É muito fácil, principalmente quando a única estratégia que se define é a de vender a companhia dê lá por onde der. É esse o único mandato que o Governo deu à Administração da TAP: criar as condições para que o Governo a possa vender.

Srs. Deputados, privatizar a TAP não é vender um anel, é cortar um dedo, ou mais. E a única forma de garantir a continuidade e o futuro da TAP é manter a companhia na esfera pública.

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É manter a companhia ao serviço do povo e do País, uma companhia que seja de todos nós e não daqueles que a possam comprar para ganhar os lucros com esse negócio.

O Sr. **David Costa** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A TAP tem de estar ao nosso serviço, ao serviço de nós todos e tem de ser uma companhia de nós todos, integralmente.

Nós não aceitamos a teoria das privatizações parciais, porque foi com esta teoria que a PT foi parar onde foi.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A primeira fase de privatização da PT nem sequer foi com 49%, Srs. Deputados, foi com 25% e acabou — acabou, vamos ver! —, ficou até agora no quadro em que se encontra.

Temos de salvaguardar a TAP, companhia inteiramente pública, ao serviço do povo e do País. É uma condição não suficiente, mas necessária.

Ainda há pouco o Sr. Deputado do CDS que, defendendo a privatização, veio falar em melhorar o serviço e em melhorar o *handling*. Do que o Sr. Deputado havia de se lembrar! Do que havia de se lembrar! Até parece que não sabe o que se passou no *handling* desde que foi privatizado e entregue pelo Governo Paulo Portas/Durão Barroso aos espanhóis da Globália! Foi de tal maneira que a TAP teve de renacionalizar a companhia. Mais recentemente, foi, de novo, vendida e entregue a privados, à Urbanos, e os problemas voltaram a surgir, tal como agora acontece de uma forma flagrante.

Srs. Deputados, quando vemos a situação em que a TAP está, dizemos que é preciso salvaguardar o carácter público da companhia, mas também é necessário pôr um ponto final a esta política de sabotagem económica e de terrorismo social que está a fazer sentir-se naquela empresa.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Bem lembrado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que está a ser feito é um autêntico boicote por parte do Governo à renovação dos quadros e ao recrutamento do pessoal, quando o Governo demora seis meses a autorizar um concurso de admissão de trabalhadores, que fazem falta, para a companhia,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... quando o Governo impede a stocagem e a aquisição de equipamentos e de peças fundamentais para o funcionamento diário da companhia,...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... quando o Governo assume a atitude de coarctar a companhia na sua gestão e no seu desenvolvimento, quando o crescimento não sustentado que o Governo primeiro desmentiu mas depois confirmou quando veio cá...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — É aldrabice!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Deputado do PSD que, em aparte, está a falar em aldrabice, devia olhar-se ao espelho e pensar naquilo que é a atitude e a política da maioria e deste Governo em relação à TAP, porque palmadas nas costas não faltam. Quando se trata de defender a TAP, falam numa política que não é consentânea com aquilo que está a ser levado a cabo, que é uma política de desmantelamento e de destruição da TAP.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Isso é mentira. Não é verdade!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É preciso acabar com esta política de sabotagem económica, de terrorismo social e pôr um ponto final a este negócio ruinoso, desastroso, a este escândalo que continua a ser o negócio de manutenção da ex-VEM (Varig Engenharia e Manutenção), no Brasil, onde o dinheiro que já foi gasto pela TAP naquele negócio é superior ao passivo atual da companhia.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Tem razão! É falta de dinheiro!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não venham falar em falta de dinheiro, não venham falar em necessidades de capitalização, porque são os senhores estão a criar os problemas que dizem querer resolver.

É preciso que este Governo se vá embora de uma vez por todas e que esta política seja invertida para que a TAP seja colocada ao serviço do povo e do País.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, do PSD.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Foram 4 minutos de uma história mal contada por parte do Partido Socialista e até, podemos dizer, de alguma falta de vergonha,...

Protestos do PS.

... porque quem não conta a razão de por que é que as coisas tiveram de ser assim e quem deixou um documento e o País na pré-bancarrota e só conta a parte do capítulo da história que lhe convém, a parte final,...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — ... isso não é ser politicamente sério, é ser politicamente conveniente, é atuar da forma como lhes convém em cada momento. Mas já estamos habituados a isso!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O BE é contra a privatização total ou parcial da TAP, como, de resto, é contra as privatizações, por definição.

Para o PSD, esta não é uma questão ideológica, nunca foi,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah, pois não!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — ... é uma necessidade de defender a criação de valor da empresa e isso é que vai fazer a diferença,...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É como a PT!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — ... não é a propriedade, Sr.^a Deputada.

O BE parece ignorar que o regime altamente concorrencial e sem paralelo que se vive neste setor, com o surgimento das *low cost* e com o seu crescimento, fez com que as companhias tradicionais tivessem vários problemas. Basta ver a quantidade de companhias de bandeira e com prestígio que desapareceram ou foram absorvidas por outras de maior dimensão, como a Varig, a Ibéria ou a Sabena, como aqui já foi dito.

Importa referir que, apesar da melhoria dos resultados operacionais da TAP, que tem vindo a verificar-se ao longo dos últimos anos, a empresa continua a dispor de elevado nível de endividamento, o qual mostra ser superior à média registada pelo setor.

Está mais do que provado que o plano de investimento e de reforço da operação de capitalização da empresa não pode ser feito através do setor público. E, para agravar esta situação, como sabemos, a União Europeia proíbe as ajudas financeiras às transportadoras.

Uma eventual privatização da TAP assegurará não apenas um desenvolvimento estratégico do projeto, mas também uma transferência da dívida para a empresa que vai adquirir a TAP, o que revela ser fundamental para a sustentabilidade da empresa a longo prazo.

Acresce que uma eventual privatização através do encaixe financeiro ainda pode permitir uma diminuição da dívida pública e uma promoção da consolidação orçamental.

Protestos do PCP.

Mas nós sabemos que a TAP é uma empresa muito importante para Portugal, que tem uma forte ligação ao nosso País e que, apesar dos compromissos assumidos no PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira) não deixará de se respeitar a importância estratégica da empresa e o desenvolvimento do *hub* nacional.

Assim, qualquer eventual operação que venha incidir sobre a empresa tem de salvaguardar a manutenção da respetiva sede em Portugal e assegurar as condições necessárias que permitirão à TAP manter-se como uma estrutura empresarial competitiva, à escala global e com um projeto de crescimento a longo prazo.

O Memorando de Entendimento com a troica previu a privatização da ANA e da TAP, que o anterior Governo socialista assinou e a atual maioria subscreveu.

O que gostávamos de ver era que o Partido Socialista, que tem um novo líder, também fosse como na Câmara de Lisboa: um cumpridor de contratos e um cumpridor de acordos, porque na Câmara de Lisboa, quando faz um acordo com o PSD, normalmente o acordo é cumprido. O que é preciso é que o Partido Socialista venha com outro espírito, porque não podemos ter um Costa no Castelo e um Costa no Rato!

Risos do PSD.

Portanto, do que precisamos é de uma nova atitude, do que precisamos é de uma forma diferente de estar e de cumprir os compromissos que vamos assumindo.

A razão fundamental é encontrarmos uma boa solução, uma solução que permita à TAP ser empresa forte, como já é hoje, mas que consiga a capacidade necessária para crescer.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Para crescer como a PT!?

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — O Governo não concluiu a primeira tentativa de venda porque achou que não era do interesse do nosso País e não por causa de nenhuma das insinuações que a Sr.^a Deputada fez e que tem oportunidade, nos segundos de que ainda dispõe, de concretizar,...

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — ... porque estamos fartos, na política, de ouvir insinuações que não se concretizam.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, aproveite os 16 segundos que lhe restam para concretizar.

O Governo não fez o negócio da privatização na primeira opção precisamente para defender Portugal, porque achou que não era uma boa solução. Essa é uma forma diferente de estar.

Nós nunca venderemos a empresa a pataco,...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, nunca venderemos a empresa a pataco, tal como já o provámos no passado. Privatizaremos, sim, se for caso disso, para dar um novo impulso à companhia que lhe permita investir, crescer e reforçar, assim, o seu papel, conseguindo defender, desta forma, os interesses do País e daqueles que trabalham na TAP.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, deve haver uma má consciência das bancadas da maioria. É que tentam atacar-me, mas eu nem sequer consigo perceber o ataque. Porque não há nenhuma insinuação, há factos!

Protestos do PSD.

Houve uma tentativa de venda da TAP, que não se concretizou.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ninguém disse que foi vendida, mas houve uma tentativa de vender a TAP a um comprador em particular e não houve garantias bancárias. Isto é um facto!

Há um outro potencial comprador, que, por acaso, é proibido de ter companhias aéreas nos Estados Unidos — outro facto!

Não há insinuações nenhuma deste lado, há afirmações, e são muito concretas.

Má-fé política é andar a dizer aos portugueses que as privatizações são para o seu bem,...

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — É a sua opinião!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... má-fé política é isto. Hoje, os portugueses vão pagar a conta da luz e a luz não é mais barata depois de terem privatizado a EDP; hoje, os portugueses vão atestar o carro e os combustíveis não são mais baratos, porque não houve mais concorrência no setor dos combustíveis; hoje, os portugueses olham para a PT e não há PT, desapareceu.

Portanto, qualquer credibilidade que as bancadas da maioria tivessem para dizer, tal como «olhem o potencial de crescimento, olhem o potencial de investimento na TAP», eu direi: «olhem para a PT, olhem para o valor de mercado da PT, olhem para o potencial de investimento da PT, uma empresa estratégica para o País». A História demonstra-o.

E o mais irónico e caricato deste facto é que daqui a 20 anos os Srs. Deputados que hoje defendem a privatização não estarão cá para assumir as consequências daquilo que hoje defenderam, porque as políticas de longo prazo...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... desta privatização radical de tudo o que existe na economia são isso mesmo: ausência de política industrial, definhamento de uma economia, perda daquilo que nos dá democracia, perda daquilo que nos dá soberania.

Essa é a responsabilidade das bancadas da maioria. A nossa responsabilidade é contrariar isso, a nossa é garantir investimento público na TAP, a nossa é garantir que uma das últimas empresas estratégicas do País que ainda não foi privatizada...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, por favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... fica no setor público. Essa é a nossa responsabilidade e é isso que faremos com este projeto de resolução.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Concluído o debate do projeto de resolução n.º 1128/XII (4.^a), que será objeto de votação na próxima sessão de votações, vamos passar ao terceiro ponto, que consiste na apreciação conjunta, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 658/XII (4.^a) — Recusa a privatização da Empresa Geral de Fomento, SA (EGF), e revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março (PCP) e 679/XII (4.^a) — Contra a privatização da Empresa Geral de Fomento (EGF) (revoga o Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março).

Para apresentar o projeto de lei do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dir-se-á, porventura, ou dirá a maioria que o PCP tem insistido nesta matéria, que o PCP já trouxe à Assembleia da República propostas para travar o processo de privatização da EGF e que a maioria já se pronunciou contra essas propostas. Sobre isso, é importante dizer que, da parte do PCP, não deixaremos passar uma única oportunidade que seja para confrontar a Assembleia da República, a maioria PSD/CDS, com o negócio desastroso que o Governo está a preparar em torno da EGF. Todas as oportunidades que regimentalmente estiverem ao alcance do PCP para esse confronto serão, certamente, utilizadas.

Temos hoje uma outra oportunidade para refletir sobre este processo, para ponderar sobre uma escolha que é prejudicial para os portugueses e sobre a qual nem o Governo consegue acrescentar, sequer, um benefício. O próprio Governo, que tem protagonizado a privatização e conduzido esse processo, não conseguiu dar ainda um único justificativo para ele.

Autarquias e populações protestam, sentem-se, inclusivamente, traídas por fazerem parte da construção das grandes empresas que são hoje empresas multimunicipais sob a *holding* da EGF e, ao mesmo tempo, o

Governo, que supostamente deveria representar as populações, defende o interesse privado que deseja apropriar-se da EGF.

Poderá dizer a maioria que é um valor que é necessário encaixar.

Srs. Deputados, aquilo por que se pensa vender a EGF não paga 15 dias de juros que os senhores do PSD e do CDS entregam diariamente, pelas mãos do Governo, aos agiotas e aos especuladores. Não paga 15 dias! São anos, décadas de esforço, de investimento e de trabalho dos portugueses, das autarquias, na construção dos sistemas de raiz, na construção das incineradoras, da gestão, da recolha e do tratamento que este Governo quer vender, abdicando, inclusivamente, dos lucros que a empresa gera.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nas Jornadas Parlamentares do PCP, visitámos uma dessas empresas e reunimos, inclusivamente, com a Administração, a Valorsul, a maior dessas empresas, e verificámos que é possível, com o comando público e democrático, com a intervenção das democracias, ter uma empresa e sistemas que funcionem como verdadeiras organizações sociais ao serviço da comunidade.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Era ao serviço desses interesses que deveria estar o Governo e não ao serviço de quem se quer apropriar dos benefícios que a EGF pode trazer ao País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A privatização da EGF, mais uma vez, volta ao debate neste Parlamento e voltará as vezes que forem necessárias até que se pratique uma alteração política nesta matéria. O assunto é por demais importante e por isso se justifica este debate. Aliás, parece que no dia de hoje falaremos muito de privatizações, falaremos muito da política deste Governo e da maioria PSD e CDS que pretende destruir as empresas que dão lucro ao nosso País.

A EGF, Empresa Geral de Fomento, é uma empresa pública que assume uma forma muito especial de uma parceria entre a administração central e os municípios. É uma empresa lucrativa — quantas vezes é preciso dizer isto, Srs. Deputados?

A EGF movimenta, por ano, qualquer coisa como 170 milhões de euros; tem um património de muito valor — muito valor! —, fruto do investimento público, investimento público do Estado e das autarquias, que conseguiram uma autêntica revolução no setor dos resíduos em Portugal bem como um serviço de excelência nesta matéria, com as implicações que tem em termos ambientais e de saúde pública ao serviço das populações; emprega 2000 trabalhadores que, com o seu saber, o seu empenho e a dedicação ao serviço público, desenvolveram esta empresa.

E é esta empresa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o Governo quer privatizar. Quer privatizar por um valor que não vai resolver problema nenhum. A empresa foi avaliada em 149,9 milhões de euros. É este o valor que lhe foi dado.

Dizem os Srs. Deputados da maioria que vai servir para abater na dívida da Águas de Portugal, mas isto é uma ínfima parte.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma gota!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Portanto, não resolve o problema da dívida da Águas de Portugal...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É uma vergonha

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — ... e vem criar um grande problema, porque entrega aos privados, em regime de monopólio, um serviço de alto interesse público. Isto é um crime, Sr.^{as} e Srs. Deputados! Por isso, é importante voltar a esta matéria as vezes que forem necessárias.

Os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas da maioria não aprendem ou, melhor, não querem aprender, porque os exemplos estão bem à vista: PT. Já aqui foi referido por esta bancada o caso da PT, vejam o que se passou. Mas insistem e querem privatizar a EGF.

Da nossa parte, terão a oposição até onde for possível, porque sabemos que temos connosco os trabalhadores, os autarcas, incluindo autarcas dos vossos partidos, e as populações.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No dia da entrada em vigor do decreto-lei que aprovou o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, o Partido Socialista fez entrar na Assembleia da República um pedido para a sua apreciação parlamentar com a convicção de que seria fundamental o escrutínio parlamentar deste passo decisivo para a entrega ao setor privado de um dos mais importantes ativos de que o País era possuidor.

Fizemo-lo por considerar que o Governo estava a ir muito além da autonomização do setor dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal, prevista no Memorando da troica.

Fizemo-lo por constatar que o Governo estava, pura e simplesmente, a aniquilar uma parte substancial da Águas de Portugal, parte que, de resto, sempre contribuiu para a sua sustentabilidade financeira e, em sentido genérico, para a política e para o sistema de tratamento de resíduos em Portugal. Resultados líquidos da EGF: mais de 22 milhões de euros nos últimos 5 anos; resultados líquidos da EGF: 6 milhões de euros em 2013.

Fizemo-lo por entendermos que a operação de privatização da EGF se afigurava desprovida de qualquer sentido, sendo realizada ao desbarato e com sérios prejuízos para o consumidor. Sim, porque ocorreu num contexto de metas ambientais menos exigente, num contexto de agravamento das tarifas e de redução dos objetivos de serviço público, não acautelando a continuidade e qualidade do serviço público de recolha e tratamento de resíduos urbanos.

Fizemos um debate sério, na altura — nós e toda a esquerda — e, em consequência, propusemos a cessação da vigência deste decreto-lei. Mas, infelizmente, os votos de toda a oposição não foram suficientes para travar a fúria liquidatária do Governo, e o resultado está à vista.

Um processo de liquidação da EGF que se intensificou nos últimos meses, com a aprovação de mais de uma dúzia de diplomas — um por cada um dos sistemas multimunicipais, constituídos em parcerias com os municípios para servirem mais de 60% da população portuguesa, e um décimo segundo, que veio estabelecer o regime jurídico da concessão da exploração e da gestão destes mesmos sistemas a entidades de capitais privados.

O tempo decorrido até à data foi suficiente para que a venda de participações e de empresas públicas tivesse rendido quase 9300 milhões de euros aos cofres públicos, quase o dobro dos 5500 milhões de euros com privatizações, que estavam previstos no Memorando.

Sem falar de outros a que chamarei de «miudezas» — lembro a privatização da Fidelidade, da ZON, da Cimpor, da Caixa Saúde, da Galp, ações vendidas sempre através da Caixa Geral de Depósitos. Foram já 21,35% da EDP que foram privatizados, 100% da ANA, 51% da REN, 100% dos CTT, e eis-nos chegados aos 150 milhões de euros pelos quais se quer liquidar — ou se liquidou — 100% da EGF.

Esta parece uma história sem fim e, enquanto o tempo durar e existirem ativos para vender, o Governo tratará de entregar tudo o que puder ao setor privado.

O Governo sempre argumentou que o programa de privatizações respondia à situação de emergência em que nos encontrávamos e aos nossos compromissos com a troica.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

A partir do momento em que a meta estabelecida pelos credores internacionais foi ultrapassada, estas privatizações não fazem qualquer sentido. Desde a tomada de posse deste Governo que tudo não passa de uma lógica ultraliberal de fazer sair o Estado de todos os setores apetecíveis para os privados. Desde a tomada de posse deste Governo que tudo não passa de má-fé.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Bruno Coimbra.

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Outra vez, novamente, os partidos da esquerda trazem o tema da privatização da EGF.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Por que será? Está resolvido o problema?!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Outra vez, novamente, a mesma estratégia de medo e de mistificação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Li atentamente ambos os projetos de resolução.

Vozes do PCP e do BE: — Projetos de lei, Sr. Deputado, e não projetos de resolução!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Projetos de lei, claro, obviamente.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Leu a palavra «lei» mas não percebeu nada!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Procurei algo de novo, mas não encontrei nada.

Dizem que é um mau negócio, que a empresa dá lucro. Sr.^{as} e Srs. Deputados, houve ou não um concurso público internacional aberto, com regras claras e transparentes? Houve ou não uma avaliação da empresa que teve esses lucros, o património e outros dados em conta? E, mais do que isso, Srs. Deputados, houve ou não um valor apresentado pelo vencedor dessa privatização que é superior ao valor dessa avaliação?

Foi assim que aconteceu. O vencedor do concurso vai pagar 149,9 milhões de euros por 95% da empresa, assumindo, também, 200 milhões de euros de dívidas.

Mas os Srs. Deputados dizem mais: que é um mau negócio porque se fizeram muitos investimentos no passado.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Ah, mas não nega isso!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Srs. Deputados, a questão não tem a ver com os investimentos do passado, porque esses estão, obviamente, contemplados no valor da avaliação do património da empresa.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Claro!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — A questão foca-se exatamente nos investimentos que é preciso fazer para futuro. É ou não verdade que para o cumprimento das metas ambientais estão previstos investimentos de 327 milhões de euros até 2020 e de 645 milhões de euros até 2034 e, obviamente, não unicamente com fundos europeus?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — E com que dinheiro?!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Sabem ou não os Srs. Deputados das limitações que a manutenção da EGF na esfera pública acaba por acarretar — a falta de capacidade para estes investimentos futuros, a perpetuação das ineficiências, a pressão sobre as contas públicas?

Dizem, ainda, que a privatização limita o serviço público. Ignoram, porventura, os processos que ocorreram e que salvaguardam o setor e os cidadãos: a regulação ambiental com o PERSU 2020, o novo regulamento tarifário, o reforço do regulador, a ERSAR, a Lei da Fatura Detalhada, as metas ambientais e do serviço público.

É interessante, porque os Srs. Deputados dizem ainda que esta privatização é o primeiro passo para privatizar o setor das águas. Outro mito, outro medo. Para onde vai, de facto, a totalidade do montante obtido com a venda da EGF? Precisamente para abater na dívida do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a manutenção do setor da água na esfera pública.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — E qual é a dívida?!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — Por mais vezes que tentem não conseguirão fazer passar essa mensagem errada, pois o Governo já esclareceu várias vezes que não vai privatizar as águas.

Os portugueses sabem que não devem ter esse receio e é estranho ouvir o Partido Socialista falar de privatizações, porque precisamente o único ativo estratégico que havia no setor das águas que foi privatizado, a Aquapor, foi privatizado por um governo do Partido Socialista!

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Já se esqueceram!

O Sr. **Bruno Coimbra** (PSD): — É interessante, ainda, outro aspeto.

Os Srs. Deputados dizem que o valor da venda é pequeno, quando comparado com os juros da dívida que pagamos. É, de facto, pequeno, mas não é porque o valor seja pequeno, é porque os juros da dívida são muito altos. E devem perguntar, exatamente, ao mesmo Partido Socialista por que é que esses valores são tão altos e quem foi que nos trouxe a este estado de coisas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra, pelo CDS, o Sr. Deputado Pedro Morais Soares.

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois das recentes apreciações parlamentares apresentadas pelos partidos da esquerda ao Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, que aprova o processo de reprivatização da EGF, SA, o PCP e o Bloco de Esquerda voltam a repisar o tema solicitando a revogação do diploma.

Nada muda, esgotando os argumentos utilizados no passado, já devidamente refutados e contestados.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando? Diga um! Refute lá um!

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — Confundem conceitos, traçam cenários catastróficos sobre a evolução do setor dos resíduos,...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Diga um!

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — ... antecipam a deterioração dos serviços, bem como a subida das respetivas tarifas, ignorando a realidade e a sustentabilidade económico-financeira do setor, bem como o compromisso assumido por Portugal no Memorando de Entendimento, no quadro das medidas a adotar com vista à promoção do ajustamento macroeconómico nacional.

Assim, Srs. Deputados, e ao contrário do que a esquerda tantas vezes tem alegado e condicionado erradamente a opinião pública,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — ... o processo de reprivatização da EGF tem sido desenvolvido de forma transparente, com todo o respeito pelos princípios e pressupostos subjacentes ao objetivo de serviço público entre as partes interessadas, em articulação com a Associação Nacional de Municípios e, individualmente, com as autarquias.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS discorda destes projetos, entendendo que o caminho da privatização e reestruturação do setor dos resíduos urbanos, bem como o conjunto de reformas já empreendidas, são indispensáveis à superação dos atuais desafios que se colocam a este setor, de modo a garantir a continuidade, a universalidade e a qualidade na prestação destes serviços públicos.

Sobre a privatização em curso, importa também realçar, Srs. Deputados, que a mesma comporta um relevante encaixe financeiro para fazer face aos investimentos futuros, necessários ao cumprimento de metas ambientais nacionais e europeias dos 11 sistemas participados pela EGF (para o que seriam necessários recursos, de que nem o Estado nem as autarquias dispõem, estimados em cerca de 645 milhões de euros), e também uma redução da responsabilidade sobre uma dívida financeira superior a 200 milhões de euros, que poderá ser utilizada, como aqui foi dito, para amortizar as dívidas da Águas de Portugal e, desse modo, reforçar a sua progressiva sustentabilidade económico-financeira, criando as condições para a manutenção do setor das águas na esfera pública.

De referir ainda que, ao contrário do que as iniciativas aqui em discussão alegam, as autarquias foram convocadas a participar na reestruturação do setor dos resíduos urbanos, para efeitos do novo regime jurídico da concessão, da exploração e da gestão do tratamento e recolha de resíduos urbanos, bem como na definição dos objetivos desses serviços públicos, internalizando os fatores críticos como garantia da prestação de um serviço de qualidade e a preços equitativos, assim como cumprindo as metas fixadas no PERSU 2020 (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2020).

Sr. Presidente, este processo de privatização prosseguiu os trâmites legais de um concurso público internacional,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas é politicamente errado!

O Sr. **Pedro Morais Soares** (CDS-PP): — ... em que os municípios poderão, se assim o entenderem, vender as suas participações nas entidades gestoras dos sistemas multimunicipais em condições semelhantes às do Estado ou, caso optem por manter as respetivas participações, poderão adquirir as ações dos outros municípios abrangidos pelo mesmo sistema multimunicipal.

Por fim, e para desmontar mais uma falácia das iniciativas aqui em discussão que apontavam para uma inevitável subida tarifária, a decisão de proceder à alienação em bloco e alinhamento de prazos até 2034 é aquela que conduz a uma menor pressão sobre potenciais subidas tarifárias, estimando-se que a tarifa média dos 11 sistemas da EGF poderão baixar, em média, de 20 a 25% até 2020, o que representa uma tarifa inferior àquela que é hoje cobrada pelos sistemas aos municípios.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria saudar o PCP por ter tomado a iniciativa de trazer novamente à discussão na Assembleia da República a questão da privatização da EGF.

Vamos lá ver uma coisa, Sr.^{as} e Srs. Deputados: a maioria PSD/CDS tem um objetivo claro, ideológico, marcado, que é o da redução do Estado ao mínimo, que é passar setores importantes para a lógica do

mercado e ajudar grandes grupos económicos a acumular riqueza — este é o vosso objetivo ideológico —, neste caso, o Grupo Mota-Engil, como todos sabemos.

Só que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, privatizar setores fundamentais é um perigo para a democracia e para o desenvolvimento. E, fundamentalmente, porquê? Porque os interesses de investimento, e outros, são feitos em função da lógica da empresa e não dos interesses do Estado — e isto é subverter completamente a lógica do serviço público.

Por isso é que dizemos que há determinados setores que, de tão fundamentais, designadamente para a lógica de desenvolvimento do País, não podem cair na lógica da gestão em função dos interesses privados, mas sempre em função do interesse público e, por isso, devem manter a sua gestão pública.

Por isso dizemos que a privatização da EGF é um erro crasso, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

O Sr. Deputado do PSD dizia: «Nós estamos a tratar da privatização dos resíduos e os senhores já estão a dizer que, a seguir, vem a da água». Pois claro que vem! O Sr. Deputado anda desatento a tudo aquilo que se passa à sua volta?

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Não diga isso!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — O Sr. Deputado, porventura, não ouviu o, então, Sr. Ministro Vítor Gaspar dizer que queria privatizar a Águas de Portugal? Não ouviu a, então, Sr.^a Ministra, também do Ambiente, a oscilar sobre se, sim ou não, se privatiza a água? E, aproximados mais do ato eleitoral, não reparou que este Ministro do Ambiente tem cautela com aquilo que diz? Ele diz o seguinte: «Nós não queremos privatizar já a Águas de Portugal, isso não está agora na nossa perspetiva». Sabe o que é que ele quer dizer, Sr. Deputado, e que o Sr. Deputado não está a interpretar bem? É que fica para a próxima Legislatura. Os senhores estão a percorrer um caminho. E não o fazem já porque sabem que vão levar uma brutal contestação da população. É que isso é uma coisa absolutamente grave, Sr. Deputado. O senhor não durma, ou não queira que o povo durma, Sr. Deputado! É que é preciso acordar as consciências para a gravidade daquilo que os senhores estão a fazer.

O senhor fala em investimentos?! O senhor quer descurar os investimentos que vêm do passado? Os milhões e milhões que foram investidos e que, agora, são oferecidos de bandeja ao Grupo Mota-Engil! Veja bem, Sr. Deputado!

Depois, o Sr. Deputado diz: «Mas eles ainda vão investir mais, vão investir 300 milhões de euros!» E eu digo-lhe: e 200 milhões de euros vêm da União Europeia!

O Sr. **David Costa** (PCP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ó Sr. Deputado, o investimento futuro não tem nada a ver com o investimento que está a ser oferecido de bandeja! Oiça, isto é um sonho para a Mota-Engil — não tenha dúvida nenhuma —, que agarra uma empresa que dá lucro, Sr. Deputado! É uma empresa que dá lucro!

Para já não falar da traição que os senhores fizeram às autarquias, que aderiram a sistemas multimunicipais na perspetiva garantida de que aquela empresa, a EGF, era pública e nunca com a perspetiva da sua privatização.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, acho que o povo português já percebeu que, para os senhores, está a valer tudo. Tudo, tudo: a batota, a traição. Tudo vale para os senhores!

Assim sendo, consideramos que importa denunciar esta questão e voltar atrás — voltar atrás é o objetivo.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Voltar atrás neste erro da privatização e garantir que esta gestão dos resíduos se mantém no setor público.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma segunda intervenção, o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os Srs. Deputados do PSD e do CDS não invocaram um único argumento, não apresentaram uma única justificação,...

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Vários! Inúmeros!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... nem foram capazes sequer de desconstruir os argumentos contra a privatização.

E, Srs. Deputados, a única tentativa de justificação que aqui apresentam é o facto de ser transparente, de o processo ser transparente. E também isso é falso, Srs. Deputados. Não só não é transparente como é um processo à margem da lei, conduzido à margem da lei. Não é transparente porque falta a principal das justificações, que é o motivo.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Pode ser formalmente transparente, pode ter sido um concurso público, mas falta explicar por que é que se vai vender,...

Protestos do PSD.

... falta dizer às pessoas por que é que se está a libertar e a pôr nas mãos dos grandes grupos económicos uma empresa que é rentável, que presta um serviço reconhecido por todos e que foi construído ao longo de décadas pelo esforço dos portugueses e das autarquias.

Falta também explicar por que é que foi preciso, se é tão transparente, incumprir a lei, alterando, à margem dos parceiros, os estatutos das empresas multimunicipais,...

Vozes do PCP: — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — ... nas costas das autarquias, quebrando um contrato que tinha sido assumido com as autarquias.

Sr. Presidente, peço-lhe 10 segundos de tolerância, porque há pouco cometi uma imprecisão na intervenção inicial. A venda da EGF não paga 15 dias de juros da dívida pública. A venda da EGF não chega a pagar sete dias de juros da dívida pública.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É espantoso!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Os Srs. Deputados estão a avaliar uma venda de décadas de construção pública e democrática do nosso País por sete dias daquilo que pagam em agiotagem e especulação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Srs. Deputados, por todos os motivos — económicos, ambientais, sociais —, o povo quer a EGF. Por motivos económicos e financeiros, os grandes grupos económicos querem a EGF. O PSD e o CDS foram eleitos pelo primeiro. Estão, infelizmente, ao serviço dos segundos.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Também para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Coimbra, o Sr. Deputado diz que, das bancadas que apresentaram hoje projetos de lei, não há nada de novo.

O Sr. **Amadeu Soares Albergaria** (PSD): — É verdade!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Bem, Sr. Deputado, na sua intervenção, também não há nada de novo.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Perante coisas que não são novas, o que é que esperava?!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — E esperava-se alguma coisa de novo, porque está do vosso lado o ónus da justificação desta ação, e os senhores não justificaram. Mas, mesmo assim, merece-me alguns comentários — mesmo assim!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — O Sr. Deputado não disse que o tratamento e recolha de resíduos é um serviço público essencial, aliás, consagrado na lei feita pelos senhores. E não conseguiu justificar por que vão entregar este monopólio do serviço público essencial, que abrange a maioria da população portuguesa, direitinho a privados.

Quanto à dívida da Águas de Portugal,...

Protestos do PSD.

Oiça, Sr. Deputado, para depois poder responder-me!

Quanto à dívida da Águas de Portugal, o Sr. Deputado deveria era ter dito como é que vai resolver o problema dos 6,35 mil milhões de euros, que é o passivo da Águas de Portugal, e não vir aqui dizer que estes milhões e esta ninharia vão servir.

É que o Sr. Deputado, assim, também está a enganar os portugueses, porque está a dizer que esta privatização vai resolver o passivo da Águas de Portugal — acabou de dizê-lo —, e não vai.

Quanto ao tal concurso público internacional, muito transparente, o Sr. Deputado não teve uma palavra para justificar que este concurso público tinha uma norma completamente inaudita, porque dizia que as autarquias, que são parceiro nesta empresa, apenas podem vender e não podem comprar.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Uma vergonha! É espantoso!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Deputado, como é que justifica este concurso tão independente, com normas tão corretas, em que se diz às autarquias locais «se os senhores quiserem vender, tudo bem, mas comprar não podem»?

Sr. Deputado Bruno Coimbra, Srs. Deputados do PSD e do CDS, têm aqui mais uma oportunidade...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Concluo, Sr. Presidente.

Não há aqui um único argumento que justifique esta privatização. Nem aquele que o Sr. Deputado usou por último dizendo que os privados vão gerir este setor estratégico sem querer tirar lucro dele e que ainda vão investir e vão baixar as tarifas em 25%!... Ó Sr. Deputado, quem é que acredita nisto?!

Não se esqueça de uma coisa: todas estas sessões são gravadas e, mais tarde ou mais cedo, a verdade virá ao de cima.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, está concluído o debate conjunto, na generalidade, dos projetos de lei n.ºs 658/XII (4.ª) (PCP) e 679/XII (4.ª) (BE), que serão votados no período regimental de votações, que será amanhã e não sexta-feira.

Vamos passar à apreciação da petição n.º 330/XII (3.ª) — Apresentada por Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida, solicitando à Assembleia da República que promova a renegociação da dívida com participação dos cidadãos, lançada no âmbito da campanha sobre o lema: «Pobreza Não Paga a Dívida/Renegociação Já», conjuntamente com o projeto de resolução n.º 1141/XII (4.ª) — Por uma auditoria à dívida que corte com a dívida ilegítima e envolva os cidadãos (BE).

Para apresentar o projeto de resolução e intervir sobre a petição, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Antes de mais, queria cumprimentar os peticionários, que nos trouxeram aqui este documento, e realçar a importância desta petição por vários motivos.

Em primeiro lugar, porque ela recorda à Assembleia da República que a dívida é um assunto vivo, um assunto que existe e que mobiliza muito para além do estado de negação em que se encontram o Governo e as bancadas da maioria.

Há semanas, tínhamos figuras do PS que queriam reestruturar a dívida e a Ministra das Finanças queria propor um debate. Hoje, é o PS que quer propor um debate e o Governo não quer sequer ouvir falar sobre a dívida. Mas a verdade é que o problema se mantém, o problema persiste e tem de ser resolvido.

O segundo motivo pelo qual esta petição é relevante é o de que ela transforma um argumento complexo, que é o argumento da reestruturação da dívida, um argumento sério, um argumento que é apresentado com honestidade intelectual — e, muitas vezes, é difícil ter este debate contra argumentos simplistas e moralistas, como aqueles que dizem que as pessoas honradas têm de pagar sempre as suas dívidas —, numa formulação muito simples, que é esta: «pobreza não paga dívidas». E este é o principal problema do País, hoje.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E este é o problema que a direita não sabe resolver, não quer resolver, nem tem como resolver.

E o dilema é este: a austeridade que foi imposta para pagar a dívida empobreceu o País de tal forma, retirou-lhe de tal forma mecanismos para crescimento que essa dívida aumentou. A austeridade imposta para pagar a dívida torna a própria dívida mais difícil de pagar no futuro, torna os encargos dessa dívida mais pesados. E é a drenagem anual de recursos, a drenagem de 8000 milhões de euros por ano que vão para o estrangeiro, que faz com que o País não tenha capacidade para crescer, que faz com que o Estado não tenha recursos para investir numa política económica, no bem-estar da população ou nos salários dos seus funcionários.

Por isso, e para reduzir esta drenagem de recursos, é preciso reduzir a dívida, ela mesma. Mas, acontece que a única forma que o Governo tem para reduzir a dívida é a austeridade e essa austeridade não deixa o País crescer e o facto de o País não crescer não permite reduzir a dívida. É um ciclo sem fim, do qual a direita não sabe sair porque não tem instrumentos nem capacidade ideológica para ver a solução que está mesmo à sua frente. E a solução é reestruturar a dívida.

A reestruturação da dívida é, hoje, o único mecanismo que temos ao nosso dispor, enquanto sociedade e enquanto democracia, para ter uma política económica, no futuro, que não comprometa o nosso País nem o bem-estar das populações.

O último ponto que eu gostaria de realçar relativamente a esta petição diz respeito à dimensão cidadã e democrática que a petição introduz no debate que estamos a ter.

Para além de a dívida não ser sustentável, porque hoje sabemos que ela não é sustentável, os cidadãos têm o direito de saber de onde vem esta dívida. Os cidadãos têm o direito de saber que contratos são estes, tão importantes, em que o Governo não aceita tocar mas, em seu nome, aceita rasgar todos os contratos que

fez com os cidadãos, todos os contratos que fez com a sociedade, todos os contratos que fez com os reformados, todos os contratos que fez no Estado democrático.

Que contratos são estes em que o Governo não quer tocar e em seu nome corta tudo? Por que é que o Governo diz que quer pagar a dívida e não quer pagar mais nada, e aceita não pagar salários, aceita não pagar pensões, aceita não pagar por aquilo que o País precisa para crescer?!

Esta é uma pergunta a que importa responder. As pessoas têm o direito de saber que parte desta dívida vem da especulação, porque há muita que vem da especulação.

As pessoas têm o direito de saber que parte desta dívida vem de contratos ruinosos, nomeadamente de parcerias público-privadas.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Termino, Sr. Presidente, dizendo que as pessoas têm o direito de saber que parte desta dívida existe, simplesmente, porque a austeridade provocou recessão e a recessão provoca dívida. As pessoas têm o direito de saber que dívida é esta que lhes consome as vidas e impõe esta austeridade que destrói o País.

É porque acompanhamos este direito de informação e acompanhamos a proposta da petição que apresentamos um projeto de resolução que vai exatamente no mesmo sentido, que é o de fornecer instrumentos económicos ao País e, além disso, instrumentos democráticos, para que as pessoas saibam o que é que se passa e possam decidir sobre a sua economia. Parece-nos que são estes os objetivos da petição e são estes objetivos que acompanhamos com o nosso projeto de resolução.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», começo por saudar os milhares de cidadãos que, através desta petição, através deste instrumento da nossa democracia participativa, mostram uma grande e legítima preocupação pela dimensão colossal da dívida pública e, nesse sentido, defendem a renegociação da dívida, com o envolvimento dos cidadãos.

Como muito bem defendem os peticionantes no texto que acompanha a petição, aliás, muito bem fundamentada, a austeridade não resolve, antes agrava o problema do endividamento. Depois de sucessivos cortes e confiscos, de retrocessos sociais, de alienação de recursos, o que temos é uma dívida em permanente crescimento, com juros sempre a somar. É por isso que se torna absolutamente urgente proceder à renegociação da dívida.

A nosso ver, o caminho que o Governo PSD/CDS teimam em continuar, contra tudo e contra todos, só tem um destino, que é o de colocar os portugueses a «pão e água», ainda por cima sem criar as condições para o pagamento da dívida.

Basta, aliás, percorrer as políticas que este Governo nos impôs e atender aos seus resultados para que se perceber que, de facto, austeridade não rima com o pagamento de dívida pública.

Quando este Governo tomou posse encontrou a dívida pública nos 96% do PIB e depressa os fez disparar para os 100%.

Depois disso, e à medida que foi impondo cortes salariais, cortes nas reformas, facilitando e embaratecendo o despedimento, semeando desemprego, provocando a falência de pequenas e médias e empresas, a dívida foi crescendo.

A cada remessa de austeridade e de sacrifícios que o Governo foi impondo aos portugueses correspondeu mais um aumento da dívida pública. E o resultado está agora à vista de todos: este Governo PSD/CDS, em três anos e meio, empobreceu as famílias, fragilizou o Estado social, multiplicou a pobreza e o desemprego e colocou a dívida nos 134% do PIB.

Recordo que, quando o Governo tomou posse, encontrou a dívida pública nos 96% e, de facto, de 96% para 134%, vai uma grande diferença, são muitos milhões, são mesmo muitos milhões de euros. Três anos e meio parecem-nos mais do que suficientes para o Governo e os partidos da maioria finalmente perceberem que, de facto, assim, não vamos lá. O Governo impõe austeridade e sacrifícios e a dívida pública não para de crescer.

É pois, por isso, absolutamente essencial proceder à renegociação da dívida, mas os peticionantes, para além disso, também exigem uma auditoria cidadã que nos parece de toda a oportunidade.

Ora, se são os cidadãos que estão a pagar e que vão continuar a pagar a dívida, é justo e sensato que os mesmos saibam que dívida é esta que estão a suportar, seja através dos seus salários, seja através dos seus impostos. Portanto, quem está a pagar a dívida tem o direito de saber de que dívida estamos a falar, de onde vem esta dívida.

Por isso, também consideramos justo que os cidadãos possam ter acesso a todas as informações desta auditoria.

Acompanhamos, portanto, as preocupações e os objetivos dos peticionantes e vamos votar a favor do projeto de resolução do Bloco de Esquerda que também está em discussão e que, a nosso ver, vai ao encontro das pretensões e dos propósitos dos peticionantes.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por saudar os mais de 6400 subscritores da petição hoje em discussão, a qual reflete o crescente reconhecimento por diferentes setores da sociedade portuguesa da necessidade de proceder à renegociação da dívida pública.

Há três anos e meio, em abril de 2011, o PCP propôs a renegociação da dívida. Foi o primeiro partido a fazê-lo. Da parte do PS, do PSD e do CDS choveram críticas. A proposta do PCP era, diziam eles, irresponsável, irrealista, pois conduziria ao afundamento da economia e ao empobrecimento dos portugueses.

Em alternativa à renegociação da dívida, estas três partidos preferiram subscrever o programa da troica, que visava, entre outros objetivos, garantir que aqueles que tinham especulado com a dívida soberana portuguesa receberiam até ao último cêntimo o produto da sua agiotagem.

Logo no início da presente legislatura, em junho de 2011, o PCP apresentou um projeto de resolução, recomendando a renegociação da dívida pública. Ora, PS, PSD e CDS rejeitaram este projeto, assumindo inequivocamente a sua opção pelo agravamento e exploração dos trabalhadores, pelo aumento generalizado de impostos e de preços, pelos cortes na saúde, na educação e na segurança social, pelos cortes nos investimentos públicos e pelas privatizações. Enfim, assumiram a opção pelo empobrecimento da esmagadora maioria dos portugueses, em benefício de uma ínfima minoria.

Voltámos a apresentar mais cinco vezes a nossa proposta de renegociação da dívida. De todas as vezes foi rejeitada pelos partidos da troica interna — PS, PSD e CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a dívida pública é insustentável. Nos últimos três anos cresceu mais 51 000 milhões de euros e custará este ano mais 7000 milhões em juros, mais 45% do que quando se iniciou a intervenção da troica.

Em resposta a uma pergunta do PCP, é a própria Comissão Europeia a reconhecer que, entre 2014 e 2020, Portugal irá pagar 60 000 milhões em juros da dívida, repito, 60 000 milhões em juros da dívida, dos quais 8600 milhões para os fundos da União Europeia.

O País perdeu muito, nos últimos três anos, por não ter renegociado a dívida, mas pode perder muito mais se continuar a adiar essa renegociação.

Por isso, apresentamos, hoje, na Assembleia da República, novamente, uma proposta de compromisso político com a renegociação da dívida pública, nos juros, prazos e montantes, orientada pelo objetivo de reduzir, de forma substancial, o seu volume e os seus encargos anuais.

Em particular, a nossa proposta contempla a necessidade de o Governo, em articulação com o Banco de Portugal, determinar a dimensão completa e rigorosa da dívida das administrações públicas e do setor empresarial do Estado, desagregando a sua origem, natureza e tipo de credores e avaliar a sua previsível evolução.

Além disso, propomos que o Conselho Económico e Social promova a criação de um grupo de missão de auditoria da dívida, composto por personalidades de reconhecido mérito, para acompanhar o processo de avaliação da dívida.

A renegociação da dívida deve proteger os interesses do País e dos portugueses. Deve ser assumida como uma iniciativa do Estado português, com o objetivo de assegurar o direito a um desenvolvimento soberano e sustentável e de garantir um serviço da dívida que se coadune com o crescimento económico e a promoção do investimento e do emprego.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Assembleia da República tem, hoje, oportunidade de debater um dos temas mais importantes da nossa vida quotidiana, do nosso presente e do nosso futuro. Tem oportunidade de fazer um debate sobre o tema do endividamento e da dívida pública porque houve, na sociedade portuguesa, vários movimentos que resolveram desencadear esse debate, com seriedade e com profundidade.

Por isso mesmo, a minha primeira palavra é, naturalmente, de saudação aos peticionários de ambas as petições que vamos, ainda que em termos diferentes, discutir hoje, aqui. Saúdo-os pelo seu contributo, pelo seu empenhamento e pela qualidade do seu trabalho.

A dívida pública e a sua evolução é, obviamente, uma das preocupações maiores dos portugueses, porque condiciona, de forma muito pesada, a nossa economia e a nossa vida coletiva, não apenas, como disse há pouco, no presente, mas, infelizmente, numa trajetória de longo prazo.

É certo que o problema da dívida não é exclusivamente nacional. O problema da dívida pública atinge vários estados da União Europeia e, por isso, transformou-se num problema da União Europeia.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, sabemos que não há respostas simples para o problema do endividamento. Sabemos que a situação que vivemos, interna e externamente, é uma situação complexa, exigente e com enormes fragilidades. Mas isso não nos pode impedir de abordar, com coragem e profundidade, o problema do endividamento e de procurar encontrar as melhores respostas para esse problema.

Como eu disse, não há respostas simples, não há nenhuma resposta pretensamente científica ao problema do endividamento e do condicionamento que ele coloca ao nosso crescimento, como também não há nenhuma resposta messiânica ao problema do endividamento. Mas fingir que este problema não existe é a pior forma de lhe dar resposta.

Hoje, a Assembleia da República tem uma oportunidade, que a maioria rejeitou não há muitas semanas, em sede de Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, que é a oportunidade não de discutir durante 6 ou 7 minutos o problema da dívida mas de abrir, aqui, na Assembleia da República, na Casa da democracia, um período de debate, de audição de todas as posições que existem sobre a resolução do problema da dívida e do endividamento e fazer desse debate o momento de afirmação da nossa vida democrática e da procura de uma solução nacional para um problema que marca a nossa geração e que, se nada fizermos, marcará negativamente as gerações futuras.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria também, me primeiro lugar, em nome da bancada do CDS, cumprimentar os peticionários, cuja petição debatemos hoje juntamente com o projeto do Bloco de Esquerda, que nos vem pedir que o Parlamento se pronuncie sobre a abertura do processo de renegociação da dívida pública e crie uma entidade para acompanhar uma auditoria a essa dívida pública. É exatamente esta a proposta do Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, creio que é importante que não se crie a imagem de que Portugal coloca dívida sem saber como, quanto e a quem e que não é conhecido o perímetro da dívida, pelo menos da grande parte da dívida, que é aquela que nos preocupa e que é a que é colocada diretamente pela República.

Toda a dívida foi colocada de forma responsável, aliás, legítima, legitimada pelo Parlamento, e é bem auditada e bem conhecida pelo INE, pelo Banco de Portugal e pelo IGCP.

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua perguntou de onde é que vem esta dívida, que dívida é esta. Sr.^a Deputada, consulte os orçamentos do Estado que aprovámos aqui, no Parlamento, vá à rubrica que diz o défice orçamental e, assim, vai reconhecer qual é exatamente o valor da dívida.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

E também vai reconhecer outra coisa: houve aqui, no Parlamento, quem tivesse alertado, muitas vezes, contra os défices elevados, por causa dos encargos que geravam, e houve quem «assobiasse para o lado» querendo mais dívida e mais défice. Reconhecerá isso!

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vá estudar!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Deputado Vieira da Silva, é verdade que, depois de feita a dívida e quando chega a hora de a pagar, debatemo-nos, muitas vezes, com problemas, e esses problemas são complexos. Concordamos consigo. Percebi também que não está em condições avançar com alguma solução, o que advém dessa complexidade

Também convirá dizer, Sr. Deputado, que neste Parlamento houve novamente uma divisão: os que oneraram o País de uma forma muito significativa, nomeadamente em anos eleitorais, para tirarem daí proveitos eleitorais com défices de 10%, e os que se opuseram a isso e votaram contra esses orçamentos.

Por fim e porque conhecemos a dívida que temos, que colocámos, que está titulada, sabemos também que uma boa parte dessa dívida é detida por nacionais, não só por nacionais papões, como os bancos e as seguradoras, mas fundos de pensões, a própria segurança social e até por pessoas, particulares, que compraram certificados de aforro e outros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Vá estudar!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Parece-me muito claro que um debate que leve a que essas entidades, nomeadamente a segurança social e os aforradores particulares, tenham não receber o que a República paga quando emite essa dívida, e fê-lo de forma legítima, é um debate para o qual o CDS não contribuirá, porque é um debate irresponsável, como é irresponsável dizer-se que o Parlamento tem hoje de dizer que temos de começar uma imediata renegociação da dívida.

Quanto a tudo o mais, Srs. Deputados, o Parlamento é livre de debater o que quiser debater. Pode fazê-lo com seriedade e contribuiremos, com certeza, para isso.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — É só trifulhice! Está a enganar as pessoas!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Crespo.

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo uma primeira palavra para cumprimentar os peticionários e o Bloco de Esquerda por apresentarem o tema da dívida pública a debate.

Conhecemos e percebemos os dogmas do PCP e do BE, mas será essencialmente importante perceber o que pretende o Partido Socialista, e o Sr. Deputado Vieira da Silva aos costumes disse zero. Aliás, o Partido

Socialista contribuiu para acrescentar dívida à dívida, ao longo dos anos, os portugueses exigem clareza e o PS deve-lhes isso, porque é o principal responsável pela situação dramática que temos vivido.

O Sr. **João Galamba** (PS): — Os senhores é que aumentaram a dívida!

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — O resultado da despesa que efetuou e dos artifícios que construiu para aumentar o endividamento de forma encapotada foram estes, alargando e criando entidades que não eram consideradas para o défice. Tudo foi feito sob o lema de que o Estado se deve endividar para cumprir o estímulo da economia.

O PS potenciou o endividamento do Estado, mas depois não quer cumprir as regras. Por isso, temos estado a viver numa escalada do endividamento há várias décadas a esta parte.

Só agora está a ser prevista, pelo segundo ano consecutivo, uma redução do nível de dívida pública em percentagem do PIB. No ano de 2015, será a terceira maior redução no conjunto dos países da zona euro.

Não criámos, no passado — e o PS foi o principal responsável! —, nem poupanças, nem recursos para suprir as necessidades de financiamento do Estado, das empresas e das famílias.

Pergunta-se: os que querem renegociar e reestruturar a dívida querem fazer mais dívida? Como se conjuga essa equação?

Percebo que alguém que não queira continuar a endividar-se possa querer reestruturar a dívida, mas não percebo que, querendo continuar a contrair dívida, possa confrontar os credores e os financiadores com uma solução desta natureza.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — A dívida pública excessiva é o resultado de más práticas do passado, práticas que foram utilizadas por muitos que agora clamam pela sua insustentabilidade. Os que contraíram a dívida são aqueles que agora querem «atirar a toalha ao chão» e dizer que não existe solução.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — O Governo e a maioria arregaçaram as mangas e têm vindo a realizar trabalho, primeiro, de credibilização e, de seguida, de redução dos custos inerentes ao *stock* pesadíssimo.

Basta recordar que, desde abril de 2010 — 2010, Sr. Deputado Vieira da Silva! —, um ano antes de a troica ter chegado a Portugal, já o financiamento externo aos bancos tinha cessado. A banca teve de recorrer ao BCE, sabendo-se que o BCE só deve assegurar financiamento em circunstâncias excecionais.

Desde o primeiro trimestre de 2010 que se verificou o desinvestimento em títulos da dívida soberana por parte da banca. Porque é que terá sido, Sr. Deputado Vieira da Silva? Recuperar a confiança dos investidores foi a primeira tarefa do Governo e da maioria.

Já em 2013 o Conselho das Finanças Públicas escrevia que parte do crescimento da dívida pública se ficava a dever ao endividamento das entidades e operações reclassificadas, bem como ao endividamento que o Estado teve de efetuar para assegurar o financiamento das empresas públicas reclassificadas, substituindo-se ao mercado financeiro. Esse financiamento significou 5,4% do PIB, no final de 2012.

Tal alargamento concretizou-se, no ano corrente, em mais de 268 entidades, fruto da vossa criatividade do passado. Mas, apesar desta situação, foi possível proteger o Estado social, defender a saúde, a educação e a segurança social, que ficaram em causa com as políticas seguidas pelos governos do Partido Socialista.

O PS tem vindo a afirmar-se preocupado com os compromissos que o Governo tem assumido, mas não se preocupou com o Memorando e com a troica que deixou ao País e aos portugueses.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — Agravando isso, vive num momento de navegação à vista, sem estratégia e sem rumo, em que oculta soluções e respostas aos problemas.

A não ser que a resposta seja «não há soluções», como disse António Costa em plena inundação de Lisboa. E aí ficaremos todos esclarecidos!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Outra vez a falar disso? Estão com medo?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Já não se pode dizer nada agora!

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — O PSD, o Governo e a maioria garantem que continuarão a ter disponibilidade para o diálogo e para encontrar as melhores soluções para os problemas do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, o debate sobre a dívida conclui-se aqui, mas prosseguirá dentro de momentos o debate sobre o mesmo tema, a prepósito de outra petição.

Como temos de respeitar a ordem de entrada, vamos passar à apreciação da petição n.º 369/XII (3.ª) — Apresentada por Teresa Gonçalves e outros, solicitando à Assembleia da República que se pronuncie sobre o não encerramento da 44.ª Esquadra da PSP (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço do policiamento de proximidade a pé. Conjuntamente com esta petição, serão apreciados os projetos de resolução n.ºs 1138/XII (4.ª) — Recomenda ao Governo o não encerramento da 44.ª Esquadra da PSP, no Lumiar, em Lisboa (Os Verdes) e 1144/XII (4.ª) — Recomenda ao Governo a implementação do plano de reorganização do dispositivo da PSP na cidade de Lisboa, acautelando as consequências do encerramento da 44.ª Esquadra (PS).

Informo os Srs. Deputados que cada grupo parlamentar dispõe de dois minutos.

Para apresentar o projeto de resolução de Os Verdes, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Procurando ir ao encontro dos objetivos dos milhares de cidadãos que subscreveram a petição contra o encerramento da esquadra da PSP no Lumiar, em Lisboa — cidadãos, aliás, que aproveito para saudar —, o Partido Ecologista «Os Verdes» apresenta hoje uma iniciativa legislativa no sentido de recomendar não só o não encerramento da esquadra da Polícia de Segurança Pública do Lumiar, permitindo dessa forma que esta esquadra continue o seu trabalho, garantindo a segurança e o bem-estar da população, mas também recomendando que o Governo tome medidas no sentido de dotar as esquadras existentes na cidade de Lisboa de mais agentes policiais e de todos os meios indispensáveis para o efetivo exercício de uma função policial que se quer de proximidade.

Ora, sendo a freguesia do Lumiar a terceira mais extensa da cidade e a mais populosa de Lisboa, mesmo sem considerar os vários projetos que estão por concluir e que certamente vão aumentar ainda mais a densidade populacional da freguesia, não é de estranhar que a intenção de encerrar esta esquadra tenha provocado o descontentamento e até a indignação por parte da comunidade de moradores da zona do Lumiar, da Quinta do Lambert, da Alta de Lisboa e do Parque Europa.

Estes moradores sentem, simplesmente, que as suas necessidades de policiamento vão deixar de estar minimamente asseguradas adequada e eficazmente. Isto significa que vamos potenciar o sentimento de insegurança entre a população, o que vai ter um impacto negativo em toda a freguesia.

Se é verdade que com a instalação desta esquadra se registou e se conheceu um reforço no policiamento diurno e noturno, permitindo uma maior segurança aos moradores e, por conseguinte, uma melhor qualidade de vida, também é verdade que, caso o Governo consuma a pretensão de encerrar tal esquadra, esta zona da cidade ficará apenas dependente da 19ª Esquadra, localizada no bairro de Telheiras e dependente, embora parcialmente, da esquadra localizada no Bairro da Cruz Vermelha, o que é manifestamente insuficiente.

Recorde-se que a segurança das populações é um direito e as esquadras de proximidade dão uma maior garantia de segurança.

Como se sabe, um policiamento de proximidade é fundamental para a segurança das populações e para a diminuição da criminalidade, e estas esquadras têm feito um trabalho importantíssimo, mesmo deparando-se, muitas vezes, com falta de condições.

Resta-nos dizer que acompanhamos as preocupações dos peticionários e que esperamos que a iniciativa legislativa que Os Verdes trouxeram para discussão consiga o consenso de todas as bancadas desta Assembleia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, começo por saudar os mais de 5000 peticionários que nos trouxeram esta temática à discussão em Plenário.

Além disso, sublinho a importância da manutenção de um dispositivo policial adequado na zona norte da cidade de Lisboa. As duas freguesias servidas por esta esquadra somam mais de 60 000 habitantes, no conjunto do Lumiar e de Santa Clara. O encerramento desta esquadra ocorreu no dia 30 de maio de 2014 sem que tenha sido devidamente acautelada a implementação do programa que o município de Lisboa procurou construir com a administração interna com vista a assegurar que o território continuasse coberto pelo mesmo número de efetivos, ou seja, com a mesma cobertura policial. Este é o objetivo fundamental do projeto de resolução.

De facto, há necessidade de um número de esquadras adequado à população que vai servir. A elevada densidade populacional dos territórios e a existência de zonas particularmente problemáticas e que carecem de policiamento de proximidade não se compadece com uma solução intermédia, que é esta que temos. A solução foi a de, antes de abrirem os novos locais já identificados e selecionados para este fim, ter-se procedido ao encerramento da esquadra antes que o dispositivo já estivesse preparado e em funções, até para as próprias necessidades das forças de segurança e dos agentes de autoridade. Eles próprios, nas duas esquadras que agora vão operar o território, não têm meios físicos para continuar a prestar um serviço como prestavam até hoje.

Aliás, um aspeto que também foi sublinhado nesta petição e que importa reiterar foi precisamente a necessidade de não haver diminuição do número de efetivos, mesmo neste período transitório em que teremos de aguardar pela abertura das novas esquadras que estão planificadas. Ou seja, o desaparecimento da 44.^a Esquadra não deveria corresponder a uma redução do número de efetivos e, infelizmente, temos notícia que foi precisamente isso que ocorreu.

Em suma, o que é fundamental, e é isso que recomendamos, é um acelerar deste calendário que era pressuposto do encerramento da esquadra, para que se possa abrir a nova esquadra na freguesia de Santa Clara, para que as instalações na freguesia de Carnide possam reforçar a oferta, cobrindo também o território de Telheiras, de modo a que este território volte a ter a cobertura que tinha até ao momento.

Até lá, também com a particular urgência que a medida necessita, que sejam repostos o número de efetivos e que sejam dados os meios às forças e aos agentes de segurança que, no terreno, têm feito um trabalho notável para compensar esta dificuldade que hoje enfrentam, numa zona da cidade em que a expansão urbanística, o crescimento populacional, a pressão demográfica exigem, de facto, respostas diferentes e respostas que estejam aos serviços das populações do norte da cidade de Lisboa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado David Costa.

O Sr. **David Costa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PCP saúda os cidadãos subscritores desta petição, que tem mais de 5000 assinaturas.

O Governo PSD/CDS, no âmbito de um protocolo assinado com o PS na Câmara Municipal de Lisboa, encerrou a 44.^a Esquadra da PSP no Lumiar, mantendo apenas a divisão de trânsito nesta unidade.

Desse acordo da maioria PSD/CDS com o PS, na Câmara Municipal de Lisboa, de reorganização do dispositivo territorial da PSP, resulta o facto de a cidade de Lisboa ficar com menos 11 esquadras de polícia.

Neste caso concreto, bastava uma simples análise da perspetiva local para perceber que a reforma administrativa levada a cabo pelo atual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa colocou, na freguesia do Lumiar, mais de 45 000 residentes, pelo que o acordo estabelecido abre claramente o caminho a perigosas situações de insegurança aos moradores da referida freguesia.

É óbvio que as alternativas da 19.^a e 41.^a Esquadras em Telheiras e no Bairro da Cruz Vermelha, respetivamente, não constituem em si mesmas uma solução viável. Para além da sua deslocalização referente a toda a área em apreço, não podemos ignorar que Telheiras é uma zona caracterizada pelo seu elevado aglomerado populacional, com muitas necessidades e solicitações de proximidade, absorvendo, desde logo, os poucos profissionais disponíveis.

Mesmo admitindo um ligeiro aumento dos agentes da PSP disponíveis nas superesquadras, devido à transferência dos profissionais que estavam alocados a esquadras agora encerradas, estes agentes agora recolocados deixam de estar próximo dos moradores, dos comerciantes e de um conjunto de serviços e equipamentos frequentados pela população em geral.

O afastamento da esquadra compromete toda uma política de policiamento de proximidade, porque, desde logo, é um sinal de desvalorização de todo um trabalho que funciona numa base de confiança, que se constrói com o tempo, entre a polícia e o cidadão, e, depois, porque a presença e o movimento gerados por uma esquadra são dissuasores e mais eficazes, quer no combate ao crime organizado, com maior prontidão em casos de assaltos planeados a estabelecimentos e a residências ou tráfico de droga, quer no crime ocasional, como o roubo por esticção.

É caso para dizer que, graças à decisão da maioria PSD e CDS, com a bênção do PS na Câmara Municipal de Lisboa, agora, na freguesia do Lumiar, a ocasião faz o ladrão, porque a esquadra foi embora e os polícias são cada vez menos.

Para o PCP é imprescindível alterar profundamente as orientações da política de segurança interna e da atuação das forças policiais. É vital que se dê um salto qualitativo no policiamento de proximidade e com visibilidade na criação de mais e melhores esquadras de bairro, no combate ao crime organizado e violento, promovendo, assim, uma efetiva política de segurança e tranquilidade para as populações, as comunidades e o País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Andreia Neto.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se sempre quando os cidadãos exercem o direito de petição.

Considero que estas e outras matérias, quando objeto de audição, são importantes, na medida em que estas iniciativas se traduzem numa oportunidade para, aqui, na Assembleia da República, se clarificar qual é o real quadro das intenções.

Assim, e desta forma, aproveito para saudar os peticionários que tive oportunidade de ouvir.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Era importante que todos os grupos parlamentares estivessem hoje, aqui, para fazer parte dessa clarificação e não para fazer parte da confusão que pretenderam lançar com a apresentação destes dois projetos de resolução.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Senão, vejamos, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As propostas de reorganização do dispositivo territorial são propostas da PSP que o Governo acatou sem preconceitos de natureza alguma.

Essas propostas assentam em princípios operacionais, tendo sido concebidos para garantir a segurança ao cidadão e à comunidade.

A verdade, Srs. Deputados, é que, de acordo com a PSP, o dispositivo de Lisboa é composto por um número excessivo de esquadras sem capacidade de meios, sem registos significativos de ocorrências e que limitam os recursos disponíveis para o policiamento.

É verdade também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que este processo irá permitir libertar para funções de policiamento cerca de 260 elementos na cidade de Lisboa.

É verdade que se mantém no mesmo local uma esquadra de trânsito da PSP com atendimento ao público.

É verdade que o efetivo de 30 elementos foi deslocado para a esquadra de Telheiras, fazendo patrulhamento de forma amplificada na freguesia do Lumiar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na esquadra do Lumiar mantém-se um estabelecimento policial com atendimento ao público, sendo reforçado o patrulhamento e, assim, a visibilidade da PSP — aliás, a racionalização do dispositivo permitirá uma coordenação operacional das forças mais eficaz.

Numa cidade com boas vias de comunicação, o que é fundamental para a segurança é a presença policial e a rapidez de resposta às ocorrências e essa resposta está, efetivamente, a ser dada às pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda saúda os peticionários e peticionárias, reconhecendo a pertinência da condenação pelo encerramento da 44.^a Esquadra da PSP na freguesia do Lumiar, reconhecida como a freguesia mais populosa de Lisboa, e, nesse sentido, acompanha também a preocupação manifestada face à necessidade de reforçar o policiamento de proximidade, nomeadamente a pé.

Releva-se que na assembleia de freguesia todas as forças políticas condenaram este encerramento e, neste sentido, acompanhamos os projetos de resolução aqui presentes com as diferenças que os acompanham.

É nosso entendimento que o direito à segurança é um direito fundamental, é nosso entendimento, tal como os peticionários também sublinham, que a 19.^a Esquadra não tem as condições suficientes e necessárias para o perfil que lhe é dado com o encerramento da 44.^a Esquadra e que, ao mesmo tempo, a política de policiamento de proximidade, no quadro do que deveria ser a eficácia dos contratos locais de segurança, é uma prioridade legítima e que as esquadras não devem ser encerradas por critérios meramente economicistas, como parece ser o caso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdade!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Neste sentido, é evidente que todo o processo de segurança deve ser um processo sólido e sustentado, quer nas orientações das forças de segurança, quer nas freguesias, nos seus órgãos representantes, bem como na autarquia, onde deve haver um trabalho em rede, um trabalho consistente, um trabalho que tranquilize as populações e que garanta este direito fundamental.

Parece que houve aqui uma dissonância entre a autarquia e a freguesia, mas esperemos, no entanto, que as soluções vão ao encontro da expectativa legítima destas populações.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves Pereira.

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por cumprimentar os peticionários e dizer que esta preocupação dos peticionários é legítima, embora estes peticionários devam ter toda a informação e toda a história relativa a este processo.

O que temos aqui hoje em discussão é o encerramento de uma esquadra onde, exatamente no mesmo local, vai ficar uma divisão de trânsito da PSP.

Protestos do PCP.

Estamos a falar de uma proposta que nasceu na Direção Nacional da PSP, de uma proposta de reorganização do dispositivo territorial da PSP, proposta essa que o Governo acolheu.

O Governo entrou em diálogo com a Câmara Municipal e com as juntas de freguesia, recebeu contributos da Câmara Municipal de Lisboa e das juntas de freguesia em termos de propostas, aceitou as propostas e avançou com a reforma, em conjunto com a Direção Nacional da PSP.

Quero ainda dizer o seguinte: esta concordância da Câmara Municipal de Lisboa e das juntas de freguesia faz com que se estranhe aqui a posição do Partido Socialista, porque importa recordar o que é que o Dr. António Costa disse em todo este processo. Dizia ele: «esta reforma é um modelo racional...». E mas dizia: «é enganar as populações dizer que uma esquadra aberta significa mais segurança das pessoas».

Vozes do CDS-PP: — Bem lembrado!

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — Portanto, esperávamos aqui hoje outro posicionamento por parte do Partido Socialista.

Bom, seria normal que o PCP e o BE tivessem a posição que tiveram, mas não era essa a esperança que tínhamos relativamente ao posicionamento do PS.

Quero ainda dizer que esta proposta e esta reforma prevê, é verdade, o encerramento de algumas esquadras, mas também é bom que se diga que há a abertura de outras esquadras, e também é bom ter consciência que uma esquadra aberta significa que têm de estar quatro elementos, quatro efetivos da PSP em permanência, na própria esquadra, e que, por cada dia que passa, cada esquadra tem de ter cinco turnos, ou seja, estamos a falar de 20 polícias que, em vez de estarem na rua, estão na secretaria e não estão a fazer o policiamento de rua.

No caso desta esquadra que agora encerra e que passa a divisão de trânsito, é importante que os munícipes saibam que a esquadra continua aberta, que podem lá dirigir-se, que podem apresentar queixas, mas também é bom que se diga que a divisão de trânsito vai ter mais 150 viaturas que vão andar naquelas freguesias e serão fator de dissuasão do crime, como o Sr. Deputado ainda há pouco disse.

Termino dizendo algo que a minha colega Deputado do PSD referiu e que é muito importante: no final desta reforma, vamos ter mais 200 efetivos a fazer policiamento de rua. Não é na secretaria, é a fazer policiamento de rua e daí que esta seja uma boa reforma, que traz mais segurança.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, pedia que fosse distribuída a resolução aprovada na Câmara Municipal de Lisboa, da qual o Sr. Deputado, com certeza, terá conhecimento e terá votado favoravelmente, que, muito claramente, dá parecer favorável à reestruturação do dispositivo de esquadras da cidade de Lisboa com a condição de serem edificados os novos estabelecimentos para acolher as esquadras que permitem a reorganização do dispositivo e evitar a falta de cobertura das esquadras.

Portanto, que fique claro que não há dissonância alguma entre a posição estruturada e o documento é demonstrativo disso.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, está registada a sua interpelação à Mesa.

Se o Sr. Deputado dispõe desse documento da Câmara de Lisboa que quer fornecer à Câmara, teremos todo o gosto em distribuí-lo.

Srs. Deputados, vamos agora entrar no último ponto da nossa ordem do dia de hoje que consta da apreciação conjunta da petição n.º 377/XII (3.ª) — Apresentada por Alfredo José de Sousa e outros, solicitando à Assembleia da República que recomende ao Governo o desenvolvimento de um processo preparatório de «reestruturação da dívida para crescer sustentadamente» e dos projetos de resolução n.ºs 1003/XII (3.ª) — Pela reestruturação da dívida para crescer sustentadamente (BE), 1142/XII (4.ª) — Propõe a renegociação da dívida pública e políticas de defesa e reforço da produção e do investimento que assegurem o crescimento da economia e combatam o desemprego (PCP) e 1143/XII (4.ª) — Desencadear um processo parlamentar de audição pública para avaliação do impacto da dívida pública e das soluções para o problema do endividamento (PS).

Para apresentar o projeto de resolução do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No retomar do debate sobre a dívida pública, a sua sustentabilidade ou insustentabilidade e a imperiosa necessidade de reestruturação, queria, em primeiro lugar, saudar todas e todos aqueles que, de uma forma cidadã, se envolveram nas diversas petições pela reestruturação da dívida pública e, particularmente, as várias dezenas de milhares de peticionários que, nesta petição em concreto, se levantaram na sociedade com vários objetivos, que, creio, alcançaram.

Um primeiro objetivo foi o de exigir um debate informado sobre a dívida pública, e esse objetivo foi alcançado; um segundo objetivo foi o de chamar a atenção para o problema, para uma dívida pública que não parou de aumentar com este Governo, que é uma arma de chantagem do Governo para atirar contra direitos, contra salários, contra pensões e, mesmo com toda a austeridade, o Governo não lhe conseguiu ter mão, porque quando o Governo tomou posse a dívida pública era de 94% e, agora, é de 134% do PIB, ficando a demonstração inequívoca de que um País que empobrece é um País que não paga a sua dívida, antes sacrifica as suas pessoas.

Ora, os peticionários conseguiram o objetivo de criar um debate e está agora na mão de todas as Deputadas e de todos os Deputados que o segundo objetivo que estes peticionários tinham para alcançar possa ser, de facto, alcançado.

Eles propuseram-se trazer a esta Assembleia um debate informado e uma ação concreta: exigir uma reestruturação da dívida pública com medidas concretas, com ações rápidas, porque chegaram à conclusão que cada dia de espera é um dia de mais sacrifícios na vida das pessoas; é um dia de mais sacrifícios e de mais cortes salariais na vida dos trabalhadores; é um dia de mais sacrifícios e mais cortes nas pensões de quem trabalhou uma vida inteira; é um dia de mais sacrifícios para as legítimas expectativas de vida dos jovens, que são obrigados a emigrar, e é mais um dia de sacrifícios e de ataque aos serviços públicos, constitucionalmente previstos, e que estão, de facto, a ser atacados a cada dia que passa por este Governo.

Sobre esta matéria, há duas escolhas: ou deixarmo-nos de dogmas, vermos o problema e darmos passos para a sua solução — e esse foi o caminho que o Bloco de Esquerda levou por diante ao apresentar um projeto de resolução que coloca em texto todas as propostas do chamado Manifesto dos 74 (e com isto não se esgota a posição do Bloco de Esquerda, dizemo-lo claramente, trazendo aqui a debate e a votação aquilo que os subscritores do Manifesto e tantas dezenas de milhares de peticionários trouxeram a esta Assembleia da República) — ou escolhermos nada fazer.

E há duas vertentes nesta segunda escolha: a vertente da maioria parlamentar, escudada no Governo, que diz que até aceita debater, desde que o debate seja manietado, para não ter nenhuma conclusão que ataque o essencial — e atacar o essencial é atacar a especulação e o peso de uma dívida pública que, por ano, leva mais do que o Serviço Nacional de Saúde — ou, então, a escolha do Partido Socialista, que hoje tem até na primeira fila da sua bancada dois Deputados que assinaram este Manifesto, os Deputados Ferro Rodrigues e João Galamba, e que não se pode escudar agora numa ideia de que não há um debate feito, porque desde março, desde o momento em que foi publicado este Manifesto,...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... o debate foi sendo feito, foi sendo alargado e foi-se tornando generalizado na nossa sociedade.

Por isso, termino, Sr. Presidente, dizendo que aquilo que os peticionários fazem como repto a esta Assembleia da República é que, em vez de contemplação se passe à ação e todas e todos os Deputados deverão responder a este repto. Estamos dispostos a passar à ação ou vamos continuar sem fazer nada, na contemplação?!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar os mais de 36 000 subscritores da petição, que, reconhecendo a insustentabilidade da dívida pública, defendem a necessidade da sua renegociação.

Há três anos e meio, quando propusemos pela primeira vez a renegociação da dívida pública — e fomos o primeiro partido a fazê-lo —, algumas das personalidades que hoje assinam esta petição encontravam-se entre aqueles que criticavam a proposta do PCP e defendiam acerrimamente a submissão de Portugal ao pacto de agressão da troica. Esta evolução na posição dessas personalidades deixa-nos, naturalmente, satisfeitos, mas não pode servir para branquear responsabilidades pela dramática situação em que o País se encontra.

Apresentamos hoje na Assembleia da República, pela sétima vez, uma proposta de renegociação da dívida. Uma proposta que visa romper com a atual política de exploração e empobrecimento e abrir caminho a uma política alternativa capaz de resolver os problemas do País. Quem estiver verdadeiramente interessado em inverter o rumo do País, retirando-o do caminho do desastre, tem de se comprometer seriamente com a renegociação da dívida, uma renegociação em benefício dos trabalhadores e do povo e não em benefício dos credores, como aconteceu, por exemplo, na Grécia.

Numa altura em que o Governo, com a apresentação da sua proposta de Orçamento do Estado, deixa bem claro — para quem ainda tivesse dúvidas — que pretende dar continuidade à política de exploração, empobrecimento e desastre nacional, não apenas em 2015, mas por muitas décadas, a proposta do PCP, de renegociação da dívida pública, ganha redobrada atualidade. Torna-se uma exigência e um imperativo nacional!

A dimensão colossal da dívida pública tem sido usada como instrumento de submissão do povo português, destinado a espoliar os trabalhadores e as populações dos seus direitos e rendimentos, a destruir as funções sociais do Estado e a entregar ao desbarato património, empresas estratégicas e serviços públicos ao grande capital. Não renegociar a dívida pública ou renegociá-la no interesse dos credores condena Portugal ao definhamento económico, à dependência, ao empobrecimento e, em última análise, à degradação do próprio regime democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não avaliamos todos os projetos de resolução em discussão da mesma maneira. Os do BE, embora apontem caminhos e soluções não exatamente coincidentes com aqueles propostos pelo PCP, comprometem-se com o objetivo político de renegociação da dívida.

O projeto do PS, pelo contrário, não traduz qualquer compromisso com esse objetivo, em benefício de Portugal e dos portugueses. Poderá ser uma tentativa para fazer esquecer que, das seis vezes anteriores em que propusemos a renegociação da dívida, o PS se juntou ao PSD e ao CDS para rejeitar, liminarmente, essas propostas. Quando, amanhã, o projeto de resolução do PCP for votado, ficaremos a saber se os recentes discursos sobre a renegociação da dívida são genuínos ou se se destinam apenas a criar uma ilusão de mudança com vista às próximas eleições legislativas.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Do que estamos inteiramente certos é de que a renegociação da dívida pública é uma exigência nacional e um compromisso indispensável para a rutura com a política de direita que nos tem afundado. Quem queira verdadeiramente mudar de políticas terá de assumir esse compromisso com a renegociação da dívida.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Srs. Deputados da maioria, a pior maneira de honrar aqueles que, aos milhares, assinaram a petição que estamos hoje a apreciar é discutir este tema da maneira de sempre, como os senhores acabaram de fazer. Posso fazer esse debate! Posso lembrar aqui, Sr.^{as} e Srs. Deputados, as vossas posições em 2009 e em 2010, quando, dessas bancadas, apenas saíam propostas para cortar impostos e aumentar a despesa. Posso lembrar as vossas posições!

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Posso lembrar a posição do vosso líder, quando, mais alto do que qualquer um, chamava a intervenção do Fundo Monetário Internacional de ser contra os interesses nacionais!

O Sr. **Ferro Rodrigues** (PS): — Exatamente! Muito bem!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Posso fazer esse debate! Posso fazer esse debate, mas não quero.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Aprovámos os PEC, aprovámos os Orçamentos do Estado! Não diga mais nada!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — O que quero dizer aos Srs. Deputados e às Sr.^{as} Deputadas é que o problema da dívida vai muito mais longe do que isso, o problema da dívida é um problema que cresceu assustadoramente com a política de austeridade que os senhores subscreveram.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

E foi esse crescimento que tornou o problema da dívida dificilmente sustentável. Continuar a acreditar na política de austeridade como política de resolução dos problemas nacionais é apenas continuar a dizer que vamos continuar a ter o problema da dívida e não vamos pôr o País a crescer.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — O PS pôs o País a falir!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Mas não sou eu que o digo, Srs. Deputados! Foi o Presidente da Comissão Europeia, hoje eleito, que disse...

A Sr.^a **Hortense Martins** (PS): — Não ouviram!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — ... que quem acredita que a política de austeridade traz crescimento, desengane-se, porque, se tivesse de o trazer — estou a citá-lo —, já o tinha trazido. Disse o Presidente da Comissão Europeia!

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, no problema da dívida há imperfeições da união económica e monetária, há responsabilidades das tardias respostas da União Europeia, e muitas vezes erradas, e há o problema da duplicação de austeridade que os senhores da maioria provocaram.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Já vai ter a resposta!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — A resposta ao problema da dívida tem de ser uma resposta europeia e nacional, mas, para ser nacional, não pode ser a resposta de alguns.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, não, as duas posições que existem nesta Casa não são essas que o Sr. Deputado indicou, são outras bem diferentes, são duas posições que querem bloquear o debate sobre a dívida: uns, porque não lhes interessa, porque a sua política está tomada, a política da austeridade; outros, porque querem bloquear o debate, querem uma votação à pressa, apenas para que possam aparecer como os campeões da alternativa.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E o PS fica com quais? Fica com os primeiros!

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Estão, ambos, a fugir a um debate na Casa da democracia; estão, ambos, a rejeitar o apelo mais profundo que os signatários desta petição fizeram.

Protestos do PCP e do BE.

Leiam o artigo de Bagão Félix e João Cravinho! O que eles pedem à Assembleia da República é bem simples: «Abram as vossas portas a um debate que tem de ser feito»! Nós dizemos «sim»! Esperamos pela vossa resposta!

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, para a boa condução dos trabalhos e para informação à Câmara, particularmente ao Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. Presidente esteve na Conferência de Líderes do início do mês de outubro e creio que o fácil recurso às atas indicará que, por proposta do Bloco de Esquerda, até ficou agendado para o período pós-orçamental um debate sobre a dívida pública.

Queria, Sr. Presidente, confirmar se esta é ou não uma afirmação verdadeira, até para acabar com esta ideia de que há quem não queira debater a dívida pública, porque há quem queira, há quem fez propostas e já aprovou essas propostas.

Aplausos do BE.

Protestos do Deputado do PS Vieira da Silva.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, não posso testemunhar pessoalmente, porque, embora tenha assento na Conferência de Líderes, também tenho assento na 1.^a Comissão, o que me obriga, muitas vezes, a faltar à Conferência de Líderes, mas, se o Sr. Deputado o diz, naturalmente, já há voluntários para o confirmar ou infirmar.

O Sr. Deputado Hugo Lopes Soares inscreveu-se para usar da palavra. Pede a palavra para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, nos mesmos termos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Lopes Soares, mas, Srs. Deputados, apelo a que não façamos agora rondas sucessivas de interpelações à Mesa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Sr. Presidente, a minha interpelação não é relativa àquilo que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares trouxe à Câmara, mas, sim, é relativa a outro assunto.

Acabámos de ouvir o Sr. Deputado Vieira da Silva dizer que, nos anos anteriores, o líder do Partido Social Democrata tinha trazido a esta Câmara um conjunto de propostas que visavam o aumento de impostos e o aumento da despesa.

O que quero pedir, através de V. Ex.^a, Sr. Presidente, é que sejam distribuídos ao Sr. Deputado Vieira da Silva, porque na política não vale tudo, os textos relativos àqueles que foram os sentidos de voto do Partido Social Democrata nesta Câmara em relação aos últimos Orçamentos do Estado do Eng.^o José Sócrates e aos PEC 1, PEC 2 e PEC 3.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vieira da Silva, que se inscreveu, presumo, também para uma interpelação à Mesa, mas apelo a que terminemos aqui as interpelações.

Tem a palavra, Sr. Deputado Vieira da Silva.

O Sr. **Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, em jeito de interpelação à Mesa, quero apenas confirmar que entregarei na Mesa uma extensa documentação que prova bem o que os partidos da atual maioria e o responsável maior do PSD apresentaram nesta Assembleia durante os anos de 2009 e 2010.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Então, entregue já!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — O Sr. Deputado disse bem «em jeito de interpelação à Mesa», como, aliás, as restantes.

Vamos, então, prosseguir com o bom andamento dos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Reis.

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Reestruturar uma dívida é renegociá-la, através de uma redução de valor facial da mesma, através de uma redução da taxa de juro relativa ao montante em dívida ou aumentando a maturidade da dívida, na medida em que, ao pagar mais tarde o seu valor, o valor facial da mesma, naturalmente, diminuirá.

Em outubro de 2011, a União Europeia aceitou, com efeitos retroativos, aumentar a maturidade média de 7 para 12 anos e meio e reduzir a taxa de juro, em 2,15%, da componente do empréstimo da troica veiculada pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE).

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E Portugal rejeitou os 15 anos!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Igualmente, aceitou aumentar a maturidade média, de 7 anos e meio para 15 anos, e reduzir a taxa de juro, em 2%, do empréstimo do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Em junho de 2013, conseguimos estender a maturidade média do Mecanismo Europeu de Estabilidade de 12 anos e meio para 19 anos e meio e aumentar a maturidade média do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira para 20,8 anos.

De facto, se assentarmos no chamado empréstimo da troica, este Governo, com uma atuação discreta, mas eficaz, conseguiu precisamente os mesmos efeitos de uma reestruturação. O peso relativo da dívida, que, só no período entre 2005 e 2011 — é bom recordar! —, passou de 63,6% do PIB para 108,2% do PIB,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — E de lá para cá?! O peso de 134% é a vossa obra de arte!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — ... consome recursos importantes.

A gestão da dívida obriga, por isso, a uma negociação permanente com os credores, como este Governo, de resto, tem feito e como o instituto de gestão do crédito público faz em permanência.

Não se compreende, no entanto, que alguns dos que valorizam, e bem, a dívida, pura e simplesmente menosprezem a necessidade de se ter contas públicas equilibradas e, precisamente, de não deixar acumular défices.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Apresentar saldos primários positivos, como este Governo conseguiu nos últimos dois anos, devia ser, pois, mais valorizado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Negociar com os credores, sim, permanentemente e discretamente, como, de resto, já tem acontecido.

Incumprir unilateralmente, não, dados os custos incalculáveis que teria para o País, nomeadamente em termos reputacionais ou de acesso aos mecanismos de crédito internacional.

O PSD está disponível para debater novamente a dívida pública nesta Assembleia, num debate alargado, num processo que não se arraste no tempo, em que cada partido transmita, claramente, as suas posições,...

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — Ora!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — ... imediatamente após a discussão do Orçamento do Estado e com uma metodologia a definir já na próxima Conferência de Líderes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», saudar os cerca de 40 000 cidadãos que subscreveram esta petição, no sentido de preparar a reestruturação da dívida para crescer sustentadamente.

A necessidade de renegociar a dívida pública volta a estar, novamente, em debate nesta Assembleia da República.

De facto, face às opções do Governo PSD/CDS, que têm delineado o caminho a seguir para pagar a dívida, não surpreende que os portugueses estejam preocupados e se mobilizem, na esperança de que o Governo e os partidos da maioria olhem para estes últimos três anos e meio e possam perceber que este não é, efetivamente, o caminho.

Depois da avalanche de austeridade e do universo de sacrifícios que foram impostos aos portugueses, sobretudo desde que este Governo tomou posse, só pode ser com desânimo que os portugueses olham para os números da dívida pública e concluam, sem grande esforço, que, afinal, tantos sacrifícios e tanta dor não servem para nada.

Apesar dos sacrifícios, a dívida pública continua a crescer. Ora, isto significa que alguma coisa não bate certo, que alguma coisa está mal.

Quando este Governo tomou posse encontrou a dívida pública nos 96% do PIB, não se cansou de impor sacrifícios, em nome da dívida, e, hoje, a dívida pública está nos 134% do PIB.

Afinal, tantos sacrifícios para quê? Tantos sacrifícios e a situação está pior, agrava-se de dia para dia!

Ora, face a este quadro, se queremos pagar a dívida, se queremos, de facto, criar as condições para o crescimento, se queremos criar as condições para travar esta onda de sacrifícios que está a ser imposta aos portugueses, a renegociação da dívida surge, neste contexto, como inevitável, e quanto mais tarde vier, pior!

É exatamente por isso que Os Verdes entendem que só nos resta um caminho: esse caminho começa pela renegociação da dívida, para, depois, nos podermos virar para a produção nacional, porque se não produzirmos, não criamos riqueza e, se não criamos riqueza, nunca teremos condições para pagar a dívida, nem sequer para ganharmos qualquer credibilidade externa.

É, aliás, nesse sentido que recaem as preocupações dos subscritores desta petição quando referem que «nenhuma estratégia de combate à crise pode ter êxito se não conciliar a resposta à questão da dívida com a efetivação de um robusto processo de crescimento económico e de emprego num quadro de coesão e de solidariedade nacional.» E é exatamente isso que se exige, porque é exatamente isso que o Governo não está a fazer.

O Governo não canaliza recursos para a nossa economia, logo não teremos produção, e, sem produção, não haverá forma de pagar, nem esta nem qualquer outra dívida. E o Governo não canaliza recursos para a economia, porque o dinheiro que há é todo para pagar os juros da dívida. Então, impõe-se uma renegociação que nos permita criar alguma folga para se poder canalizar recursos para a economia e, dessa forma, pôr o País a produzir, criando riqueza para pagar a dívida.

Resta-nos, assim, manifestar a nossa sintonia com as preocupações e os propósitos dos milhares de cidadãos que, com toda a legitimidade e oportunidade, trouxeram esta matéria para discussão no Plenário desta Assembleia da República.

Registo, com apreço, que ainda não foi hoje que fiquei inteiramente esclarecido sobre a posição do Partido Socialista, se quer, ou não, a renegociação. O Partido Socialista até cataloga uns como os que não querem a discussão e os outros como os que querem a discussão, mas não sabemos onde para o Partido Socialista no meio disto tudo!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — O Partido Socialista está aí, apresentou um projeto de resolução sobre a renegociação da dívida sem fazer uma única referência, nem sequer uma palavra, de reestruturação nem de renegociação.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É verdade!

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — É espantoso! No projeto do Partido Socialista, a única referência que é feita à reestruturação da dívida, está na citação do título da petição.

Protestos do PS.

De resto, ficámos sem saber, afinal, onde para o Partido Socialista.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De facto, onde para o Partido Socialista? É, sem dúvida, uma boa pergunta, e eu já lá irei.

Em todo caso, considero justo começar este debate por cumprimentar os peticionários, que, aliás, apresentaram uma petição bastante completa, com propostas concretas, e que merece, certamente, debate.

Creio que ninguém, nesta Casa, discordará do facto de que a dívida pública é um problema. Não é um problema hoje, já era um problema há uns anos, embora ninguém falasse nele, mas é um problema!

Mas importa também perceber que a dívida pública é, também ela, uma consequência de despesa que fizemos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É verdade!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente, que os senhores fizeram!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — E não deixa de ser curioso que se hoje são muitos os que levantam a voz para falar contra a dívida, foram muito poucos os que levantaram a voz para falar contra a despesa e contra muitas das despesas que deram azo a esta dívida.

Protestos do PCP e do BE.

Neste debate, para ser sério, Srs. Deputados, tenho que vos dizer: teremos também que discutir as causas deste problema.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ora!...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Em segundo lugar, não deixa de ser curioso que o Partido Socialista nos apresente hoje um projeto de resolução. Aliás, o Partido Socialista interpelou as bancadas da maioria para que lhe respondessem. Pois bem, nós já respondemos, até com uma proposta muito concreta de debate alargado, com uma proposta muito mais concreta do que fazem os Srs. Deputados, em cuja bancada se sentam alguns destes peticionários, que, de certeza, se esqueceram de um aparte muito substancial da petição.

A verdade é que o projeto de resolução que os senhores aqui apresentam diz coisas tão polémicas e tem propostas tão concretas, como, por exemplo, dizer que o problema da dívida pública não é exclusivamente português.

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Ah!...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Ó Srs. Deputados, que grande descoberta!

Risos do CDS-PP e do PSD.

Ainda bem que partilham isto connosco. Por exemplo, dizem que a dívida elevada é um sério obstáculo ao crescimento sólido e duradouro da economia portuguesa. Pois claro que é! A questão está em saber como é que resolvemos o problema, não está em descobrir isso!

Risos do CDS-PP.

Este é, de facto, o prémio do ano da má memória, que é: o PS defende rigorosas práticas de gestão orçamental.

Risos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Ó, Srs. Deputados, bem-vindos! Até que enfim!

Os Srs. Deputados dizem-nos, até com um ar de que nos estão a dar uma grande aula, «é preciso pôr o País a crescer». Ó Srs. Deputados, os senhores puseram o País a falir, não foi a crescer! E convém que tenham essa consciência!

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Só a partir dessa consciência — e eu sei que o PS tem essa capacidade — é que podemos chegar, de facto, a uma resolução do problema.

Sim, Srs. Deputados, porque não é possível, responsabilmente, resolver o problema da dívida portuguesa sem o Partido Socialista. Tenho a maior das convicções nisso. Pena é que o Partido Socialista, quando é para fazer propostas demagógicas e não assumir responsabilidades, esteja aí, mas quando, de facto, tem de apresentar uma proposta, apresenta uma proposta que nada tem de concreto.

Pois bem, a maioria responde com uma proposta muito concreta. Querem debater? Vamos debater, vamos fazer um debate alargado. As posições da maioria sobre o assunto são conhecidas. Diga o PS, de uma vez para sempre, aquilo que quer.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma segunda intervenção, necessariamente breve, dado o pouco tempo de que dispõe, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Reis.

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma curta intervenção para cumprimentar cada uma e cada um dos 36 000 peticionários que solicitaram a esta Assembleia uma recomendação no sentido de uma reestruturação da dívida e de um processo de audição pública de personalidades relevantes para esse objetivo.

Queria dizer também o seguinte: entre os cidadãos Ferro Rodrigues, Eduardo Cabrita, Delgado Alves, João Galamba e outras conhecidas figuras da área socialista que subscreveram esta petição, por um lado, e, por outro lado, os parlamentares do Partido Socialista que assinaram a proposta de recomendação ao Governo há uma óbvia dissonância que este debate não conseguiu resolver.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Os parlamentares do PS propõem um debate, mas esquecem a reestruturação, talvez por reconhecerem o que este Governo já conseguiu a este nível.

Aplausos do PSD.

Risos do Deputado do PS Vieira da Silva.

Pela nossa parte, estamos disponíveis para o debate. A nossa posição é clara, como é, de resto, clara a posição dos peticionários, a posição do PCP, a posição do Bloco de Esquerda, a posição de Os Verdes, a posição do CDS-PP. Esperemos que nesta, como noutras matérias, haja possibilidade breve de haver clarificação...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Termino, Sr. Presidente.

Deu à costa, recentemente, quem queira ganhar eleições sem abrir a boca. A falta de alternativas responsáveis e exequíveis a isso obriga. Mas esperemos que ninguém se esconda atrás do biombo do debate ou de uma audição pública para evitar ter uma posição oficial ou esconder a incoerência entre os cidadãos que subscrevem uma coisa e os políticos que a não assumem na plenitude.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, Sr. Deputado,

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Sr. Presidente, interpelo a Mesa para solicitar a distribuição de dois documentos.

O primeiro documento é o registo das iniciativas que foram trazidas à Assembleia da República, discutidas e votadas, apresentadas pelo PCP — sete iniciativas, incluindo a que foi discutida hoje e que amanhã será votada —, para que fique o registo de quem quer fazer o debate e apresenta propostas para que esse debate se faça e de quem votou contra todas estas iniciativas, que foram as três bancadas que assinaram o pacto com a troica.

Solicitamos também, Sr. Presidente, a distribuição de um outro documento, que é um recorte de imprensa, a propósito de uma pergunta feita pelo PCP, no Parlamento Europeu, que foi respondida pela Comissão Europeia, onde se diz que o País vai pagar mais de 60 000 milhões de euros de juros até 2020 em resultado da gestão da dívida brilhante de que a direita tanto se gaba.

Queria deixar este registo para que se perceba os recursos públicos que vão ser sangrados ao País por responsabilidade de quem se tem alternado no Governo.

Aplausos do PCP e do Deputado de Os Verdes José Luís Ferreira.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, a Mesa, decididamente, hoje, tem muita documentação para distribuir. Não sei é se os Srs. Deputados vão permanecer na Sala para receberem os documentos que a Mesa vai fazer distribuir. Mas amanhã, seguramente no início da sessão, terão oportunidade de recolherem essa documentação, porque estes projetos de resolução serão votados precisamente amanhã.

Findo este debate, informo que a próxima sessão terá lugar amanhã, às 15 horas. Da ordem do dia consta um período de declarações políticas, seguindo-se a apreciação do relatório anual em matéria de segurança interna de 2013. No final, haverá votações regimentais.

Por hoje, estão concluídos os nossos trabalhos. Desejo a todos um resto de muito boa tarde.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 49 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.